PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

KAMILA SALES DE SOUSA

A MULHER MARANHENSE NA ESCRAVATURA ATRAVÉS DA NARRATIVA LITERÁRIA DA ESCRITORA MARIA FIRMINA DOS REIS: A ESCRAVA, 1887.

GOIÂNIA/GO

2021

KAMILA SALES DE SOUSA

A MULHER MARANHENSE NA ESCRAVATURA ATRAVÉS DA NARRATIVA LITERÁRIA DA ESCRITORA MARIA FIRMINA DOS REIS: A ESCRAVA, 1887.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte dos requisitos para a obtenção do título em Licenciada em História.

Orientadora Prof. Dr. Thais Alves Marinho

GOIÂNIA/GO

2021

KAMILA SALES DE SOUSA

A MULHER MARANHENSE NA ESCRAVATURA ATRAVÉS DA NARRATIVA LITERÁRIA DA ESCRITORA MARIA FIRMINA DOS REIS: A ESCRAVA, 1887.

Este trabalho de conclusão de Curso julgado adequado para obtenção do título de Licenciatura em História, e aprovada em sua forma final pela Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em 28/05/2021.

_____

Prof. Dr. Rosinalda Correa da Silva Simoni

Banca examinadora: _____

Orientadora: Prof. Dr. Thais Alves Marinho

_____

Prof. Dr. Rosinalda Correa da Silva Simoni

GOIÂNIA/GO

2021

S725m Sousa, Kamila Sales de

A mulher maranhense na escravatura através da narrativa literária da escritora Maria Firmina dos Reis: A Escrava, 1887. / Kamila Sales de Sousa. — Goiânia. Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, 2021.

73f.

Trabalho de Conclusão de Curso (HISTÓRIA) — Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás: Goiânia, 2021.

Orientador(a): Dra. Thais Alves Marinho

1. Maria Firmina dos Reis. 2. Gênero. 3. História. 4. Raça. 5. Literatura.. I. Título.

CDU 159.9

Não me descobri negra, fui acusada de sê-la.

Joice Berth

AGRADECIMENTO

Os meus mais singelos e notáveis agradecimentos pelo findar de mais um sonho. Em primeiro lugar agradeço não a deus, mas uma deusa, graciosa e bondosa “minha mãe” Neuraci Sales, pois sou o resultado dos seus sonhos; que passa de uma conquista inalcançada para uma conquista almejada por assim, dizer concretizada.

No mesmo nível de importância venho externar meus agradecimentos ao meu companheiro e amável esposo Julimar Aquino, pela atitude e ação que neste percurso; foram mais fundamentais, essenciais que a palavra proferida e não ouvida.

Por tanto, agradeço também a mim mesma por tamanha determinação, por continuar e nunca agir ou mesmo pensar que o final é determinável.

E assim, como interpretava Sergio Bittencourt na sua idílica música “*Naquela Mesa*”, me tornei “[...] mais que sua filha virei sua fã”. Primordialmente, agradeço ao marxista, sindicalista, esquerdista, professor é comunista da família Jadiel Sousa, pela consciência de classe aplicada aos filhos e filha desde sempre. Por tolerar ser explorado pelo capitalismo em prol de proporcionar aos seus, uma vida estável. A você só tenho admiração!

Em seguida venho agradecer de forma imensurável pela contribuição assertiva e bem-vinda da minha orientadora, professora Thais Marinho por ocasionar que a escritora Maria Firmina dos Reis, fez parte não só do meu elo de pesquisa como também contemplava o seu. Sobretudo, estendo esses agradecimentos a professora Rosinalda Simoni, por enegrecer ainda mais este trabalho, pois essa era a missão.

No entanto, se me encontro nessa última fase da graduação. Devo agradecer ou somente relatar que isso só foi possível graças as “ações afirmativas” (Prouni 100%) ao qual, me possibilitou como mulher negra está inserida em um espaço de poder.

“Obrigada mãe, essa conquista é nossa”.

RESUMO

O trabalho analisa o cânone literário da escritora Maria Firmina dos Reis, no século XIX, amparado pela obra *A escrava*. Maria Firmina é com frequência apontada como a primeira mulher brasileira a publicar um romance em forma de livro, coadunou com o período romântico no Brasil, engrossando o discurso abolicionista que foi contemplado com a Lei Áurea de 1888. A maranhense, filha de escravizada, expõe em suas obras as contradições de um Brasil imperial que se mantém com a escravização de africanos e afrodescendentes. Sob o viés desses momentos históricos narramos a história de vida da romancista nordestina, perspectivando os entrelaçamentos com a história nacional. Logo, buscamos elencar relações entre a narrativa histórica e a narrativa literária, usando como fonte a referida obra de Maria Firmina, além de diálogo com autores que tratam da diáspora e da cultura afro-brasileira, visando descortinar as intersecções entre raça, classe e gênero produzidas a partir da atuação dessa escritora na história do Brasil.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis. História. Literatura. Raça. Gênero.

THE MARANHENSE WOMAN IN SLAVERY THROUGH THE LITERARY NARRATIVE OF THE WRITER MARIA FIRMINA DOS REIS: A SLAVE, 1887.

ABSTRACT

The work analyzes the literary canon of the writer Maria Firmina dos Reis, in the 19th century, supported by her work: A slave. Maria Firmina is often appointed as the first Brazilian woman to publish a novel in book form, in line with the romantic period in Brazil, thickening the abolitionist discourse that was contemplated with the Lei Áurea of 1888. In her works, she points out the contradictions of an imperial Brazil that remains with the enslavement of Africans and Afro-descendants. Under the perspective of these historical moments, we narrate the life story of the northeastern novelist, looking at the intertwining with national history. Therefore, we seek to list the relationships between the historical narrative and the literary narrative, using the aforementioned work by Maria Firmina as a source, as well as a dialogue with authors who deal with the diaspora and Afro-Brazilian culture, aiming to unveil the intersections between race, class and gender produced from the role of this writer in the history of Brazil.

Keywords: Maria Firmina dos Reis. History. Literature. Race. Gender.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de renda e condições de moradia (IBGE).....22

Tabela 2 -- Violência (IBGE).....23

Tabela 3 -- Educação (IBGE).....23

Tabela 4 – Quantitativo de meninos e meninas em estabelecimentos escolares no Brasil.....41

Tabela 5 – Posição no panorama da literatura brasileira 52

Sumário

INTRODUÇÃO 10
CAPÍTULO 01 - DA HISTÓRIA OFICIAL ÀS HISTÓRIAS PARTILHADAS OU ENTRELAÇADAS. 14
1.1. A inviabilização dos povos subalternos através das concepções históricas. 15
1.2 A História Nacional contribuitiva para o limbo do “Outro”. 17
1.3 História Cultural diferenças compartilhadas. 30
CAPÍTULO II – UMA LEITURA FEMINISTA DA VIDA DE MARIA FIRMINA 36
2.1 Contexto em que viveu a escritora 37
2.2 Sobre a autora: uma maranhense 47
2.3 – Análise da obra “A Escrava” 53
CONSIDERAÇÕES FINAIS 62
REFERÊNCIAS. 65
APÊNDICE A – Poesia: Recontar a História: a escravidão 69

INTRODUÇÃO

Se intrinsecamente no seu âmago se instala repulsa por desigualdade racial e de gênero e é atraído por esse tipo de narrativa que proporciona ao silenciado espaço para que sua voz ecoe. Afinal; se temos vozes, mas não somos ouvidos, é passível que gritemos? Então... agora vocês me ouvem? Se incomodar faz parte da sua postura, se aprochegue, pois a prosa será demorada e informativa. Ademais, venha se revoltar juntamente com quem escreve.

Seguindo essa linha, só venho a afirmar que a escolha por este tema e não outro se concretizou, pois encontrei em Maria Firmina dos Reis, aspectos que corroboram para um cruel espistemicidio. Sua identidade é formulada como mulher negra, pobre, nordestina, maranhense, professora, escritora, poetisa, contista e, possivelmente, com uma identidade de gênero não binária, como exploraremos a saeguir.

Portanto, a referida pesquisa nos conduz a uma releitura abrangendo em seu contexto a narrativa histórica e a narrativa literária. Entendemos na esteira de Ferreira (2011, p. 65) que “para se interpretar o texto literário é imprescindível compreender o que particulariza tal modalidade de expressão escrita, seja em relação à própria narrativa histórica seja na comparação a outros tipos de textos”. Portanto, a história passa por modificações ao longo do tempo, sendo Aristóteles um dos primeiros teóricos a constatar isso com a formulação do conceito *mimese*, ou seja, a literatura como ponto de recriação e imitação da realidade.

A partir da obra de uma escritora que se autodenominou como “uma maranhense”, não por se tratar de um mero enfeite pseudônimo sobre sua identidade, que engloba muitos aspectos elucidativos dos valores do século XIX. Trata-se de uma mulher negra, nordestina, professora e escritora que foi esquecida por muitas décadas, diante do contexto machista e racista da época. Mas, que ganha visibilidade nos espaços acadêmicos no atual século XXI, em que passa a ser reconhecida como a primeira mulher brasileira a publicar um romance “Ursula”, em forma de livro, além de publicar contos, poesias e matérias jornalísticas dos jornais da época. Porém, para a população em geral seu nome ainda é desconhecido.

O foco aqui, no entanto, recai sobre a obra de 1887, publicado em São Luiz do Maranhão, pela *Revista Maranhense;* denominado e aclamado como *A escrava.* Esse romance abolicionista escrito já na maturidade de Firmina destoa bastante do romantismo ingênuo e floreado de Úrsula, escrito ainda em sua mocidade. Nosso intuito com essa monografia é contrastar a visão sobre o colonialismo que propaga o solipsismo branco e o epistemicídio negro. Assim, acrescenta a filosofa Djamila Ribeiro (2019, p.65) “A questão é que é irrealista numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber”. Condicionando dessa forma uma perspectiva interna em recuperar e narrar a condição do negro e negra no Brasil.

A escrava tem como narração o ímpeto abolicionista além de que a sua primeira obra *Úrsula* se trata do primeiro romance publicado por uma mulher afrodescendente em toda a América Latina com cunho abolicionista. É visível os motivos para tentarem apagar da história, Firmina, pois ela quebra todo esse padrão de que somente mentes masculinas provém conhecimento e que a partir deles e unicamente para eles desenvolveram uma escrita única. Reis, possibilita dar visibilidade aos marginalizados e com o remansoso caminhar do tempo não somente sua voz como também sua pessoa fora emudecida e nesse espaço será amplamente ouvida e compreendida.

Em conseguinte, o conto nos conduz a refletir efetivamente sobre o aglutinar do discurso histórico e literário, pois dessa maneira, é permissível através da narração histórica retirarmos contextos inseridos no século XIX. Desse modo, perfazendo parte de um aglomerado de documentos que pretende inicialmente fazer uma análise de discurso crítica. Então, como parte dessa afirmação Ramalho; Resende (2011, p.12) define que ADC “refere-se a um conjunto de abordagens cientificas interdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social”. Isto é, a fonte de pesquisa é o texto, e desse provém o material de trabalho como sendo principal.

Se por meio da fonte documental temos meios para refazer a historiografia, por isso, narraremos os dois contextos em que a autora viveu *a escravidão* e a *Proclamação da República* e suas objeções para com o sexo feminino.

O presente trabalho se faz importante pela generosa contribuição de pesquisa apoiando-se em análises de fontes históricas ligadas ao cultural, racial e de gênero. Propondo aos seus leitores seja no âmbito de pesquisa ou apenas como leitor (a),

identificar ao longo da sua publicação aspectos similares ao contexto escravagista e, portanto, não deixa de se observar o discurso utilizado por Firmina, a respeito das mazelas que assolavam os que não eram considerados cidadãos. Endossamos, em dizer que assim, como Jaime Pinsky (2019, p. 7) categoricamente revela no prefacio do livro *A escravidão no Brasil* "[...] me envolvi profundamente com o personagem e me tornei negro e escravo". Desse modo, é possível nos despir de preconceitos, retirar esta vestimenta que nos qualifica como aptos e não aptos a compreendermos o caos presenciado e narrado pela nordestina Firmina.

Contudo, a divisão deste trabalho ocorre em dois capítulos, sempre enfatizando buscar e explorar a questão da mulher negra como provedora de conhecimento que tematiza a negritude consolidada numa perspectiva interpretativa própria.

Especificamente no primeiro capítulo, construímos uma reflexão teórica a partir da História Oficial iniciando com a prática da conceituação para assim, descrever seu surgimento. Logo depois, mencionaremos o desenvolvimento da própria história como campo científico intercalando com a História metódica/positivista. Abrangendo nesse contexto a presença do eurocentrismo responsável por influenciar a forma como a história nacional foi criada inviabilizando os negros e negras, indígenas, ou seja, os subalternos ao homem branco incluindo nessa categoria a mulher branca e como esse processo elucidativo os decoloniais tem chamado de colonialidade do poder.

Seguimos para a concepção da História Nacional, que novamente privilegiou uma narrativa eurocêntrica cujo foco era o home branco. Explicando como ocorreu o processo de construir uma imagem universal de homem, e um regime de representações negativo sobre os negros (as) e indígenas. Que notadamente, negavam humanidade e gênero aos negros e negras. Será enfatizando a questão das estratégias de miscigenação, embranquecimento e a falsa ideia de uma democracia racial.

E por fim, abordaremos a História Cultural, buscando explicar com a história refletiu sobre seus próprios horizontes e passou de uma perspectiva macro para uma micro, ampliando as fontes para História Oral e de vida que seguidamente abriu caminho para oportunizar origem a história cultural, que abre possiblidades de diálogos com os estudos culturais, pós-coloniais e decoloniais. Que permitiram que personagens como Maria Firmina dos Reis, fossem agora no século XXI,

perspectivadas como relevantes para a história. Adotando um pluralismo histórico para se alcançar a totalidade, abandonando a ideia de uma história única, universal, eurocentrada, branca, masculina, cristã e civilizada temos uma pluralidade de histórias que se entrelaçam.

No segundo capítulo, englobara não só sua biografia narrando sua história de vida, como também contará suas nuances no campo educacional, pessoa e profissional. Abordando o destino acoplado as mulheres brancas e negras no século XIX, as objeções desses sujeitos poderem ter acesso à educação, tornarem agentes públicos, como professores e escritores. Mencionaremos a não existência de escolas mistas e o impedimento de mulheres frequentarem escola. E o levantamento de uma hipótese acerca da sexualidade de Maria Firmina que através da análise de seus escritos percebe-se isto.

Dessa maneira, seguimos para a biografia da romancista narrando sua história de vida, seu pioneirismo como mulher negra, escritora, professora, não casada, abolicionista no campo da literatura.

Em suma, derramaremos palavras que venham de encontro ao que a contista quis nos debelar por meio de sua escrita crítica. Analisaremos sua obra denominada *A escrava,* de 1887 data está que se aproxima da abolição da escravatura e que neste conto sua performance interpretativa é proporcionar uma visão do que é/foi a escravidão sob a ótica de uma mulher negra, filha de uma ex escrava. Cada linha daquele pequeno escrito transcende o que há de mais terrível no homem branco.

Em conseguinte, não se trata de mim, de nós, mas sim dela Maria Firmina dos Reis, sua história ecoa suavemente aos ouvidos daqueles que a leem. Ser preto e preta é um ato itinerário cotidiano de clamar arduamente que nossa humanidade é negada e nos questionamos, quem retira de nós esse direito? Adianto, a história lhe contará isso. Se é de sensibilidade que você gosta então, prepara o lenço, pois o conto *A escrava,* é a retratação fidedigna transpassada em palavras. Se, vergonha e o sentimento que prevalecerá no seu semblante fique tranquilo (a), não é tão tarde para que você possa desvirtuar o caminho até então percorrido, ainda temos tempo para mudar, porém ele não é finito, pois vidas pretas não são.

CAPÍTULO 01 - DA HISTÓRIA OFICIAL ÀS HISTÓRIAS PARTILHADAS OU ENTRELAÇADAS.

Este capítulo será direcionado para compreendermos como ocorreu e ocorre a construção do saber histórico, apegando-se às bases científicas e desapossando do senso comum. Assim, acrescenta Pierre Ansart (2001, p. 26) “[...] não é certo que a memória possa ir até o fim na reconstituição do passado” logo, estabelece a necessidade da pesquisa histórica para o fazer histórico. Bem, antes de iniciar oficialmente o tema proposto se faz necessário citar as concepções históricas ao passo que, ficará visível e compreensível a concretização dessas etapas do antes utilizado como simples registro ao depois, fazendo uso da análise científica. Adiante, nas páginas seguintes abordaremos esses longos processos históricos.

Portanto, neste primeiro tópico falaremos sobre a História Oficial descrevendo de início seu conceito, pois o ofício do historiador defendido por Fábio Ramos (2010, p. 1) é que “[...] o historiador não produz analogias aleatórias [...] ele carece do domínio de técnicas que permitam, constantemente, retificar a história, substituindo, como pretenderam alguns, os traços falsos pelos exatos”. Pouco depois, mencionaremos como intercorreu o desenvolvimento da própria história como campo científico, versando a História Metódica e/ou Positivista.

Diante disso, seguiremos para o segundo tópico ocupando-se em falar sobre a História Nacional, diante do privilégio da narrativa eurocêntrica. Por conseguinte, será explicado como se desenvolveu as estratégias de ocultação das diferenças que contribuiu significativamente para uma imagem universal de homem branco e um regime de representações negativo a respeito dos povos afrodescendentes e indígenas.

Mais adiante, chegando ao terceiro e último tópico, discorreremos sobre a História Cultural que passou de uma perspectiva macro para micro, abordando em conseguinte as micro-histórias, ampliando dessa forma as fontes para História Oral e de Vida dando origem a História Cultural que abre possibilidades de diálogos com os estudos culturais, pós-coloniais e decoloniais. Aqui abro espaço para o escritor Gwyn

Prins (1992, p. 166) “As fontes orais corrigem outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem”. Sendo assim, utilizar fontes orais bem como, as escritas possibilitam uma gama de informações além de garantir uma correlação entre ambas, não no sentido de afastamento mais de entrelaçamento. Ademais, seguimos para os respectivos tópicos.

1.1. A inviabilização dos povos subalternos através das concepções históricas.

Primordialmente, se faz necessário conceituar de onde advém esse termo História Oficial, e para tal, vos faleis (obs.: quando você ler algo escrito por outra pessoa ecoa em sua mente a voz de quem escreveu mesmo sendo uma voz desconhecida) ou escreveis. Assim, Edward Carr (1996, p. 15) define a etimologia da palavra como sendo “[...] uma concepção particular do que constitui a racionalidade humana, ou seja, a História acontece dentro do contexto de progresso e regresso da humanidade compondo fatos e atos”. E, quanto à definição de Oficial embasado pelo dicionário Aurelio online que designa ser “Relativo a tudo que é anunciado, declarado, ordenado”. Isto é, refere-se em suma, a uma História legítima, apresentada e escrita pelos vencedores, no artigo; *Clóvis Moura: delineamentos gerais para a superação do racismo à brasileira, de 2015,* os mestrandos Góes e Correia nos dão uma luz:

> Em contraposição à historiografia oficial, nosso autor foi um dos responsáveis em identificar o negro do Brasil como protagonista e sujeito da sua própria história. Desde o período do trabalho escravizado até à efetivação do trabalho assalariado, o(a)s negro(a)s construíram meios para combater a situação de violência e subsunção a que foram submetidos (GÓES, CORREIA, 2015, p.183).

Portanto, sem alternativa coube aos negros, negras e indígenas terem seu apagamento para ascender o “Outro”, não é complexo encontrarmos textos, livros e seus derivados dando evidência real para uma construção historiográfica eurocêntrica.

Indagamos a partir disso, como é possível termos documentos escritos à respeito de uma categoria, seja ela raça ou gênero, inferiorizada pelo homem branco, se apenas esse último é o detentor do conhecimento, da escrita e do acesso para tal? Quem escreveu e/ou escreve para tornar visível esses povos sucumbidos? Adianto, que uma das possibilidades é a literatura pois, tornou-se contribuinte para evidenciar indivíduos outrora, aniquilados. Portanto, dou lugar de fala para Massaud Móises

(1988, p. 311), afinal, o que é literatura? A “arte literária” tem como proposito “[...] definir uma atividade que, além de incluir textos poéticos, abrangia todas as expressões escritas, mesmo as científicas e filosóficas”. Acreditamos que o privilégio branco ecoa, mas é necessário descontruirmos esse fato e incluirmos na historiografia geral/mundial a narração das partes não só do ‘todos’, isto é, tornar a narrativa histórica plural não efetivamente singular.

Conceitos estabelecidos e apreendidos, nos deslocamos para o século XIX com o surgimento de uma história científica que ocorreu, sobretudo, no despontar da *Era das Revoluções*, na Alemanha oportunizando desenvolver a corrente teórica do *historicismo.* A França, palco da Revolução Burguesa, se consolida como marco do processo de produção científica da História, como bem esclarece Paulo Ribeiro (2005, p. 43) “[...] história científica está estritamente relacionado com a afirmação de uma sociedade burguesa e capitalista, a qual tem na concepção de progresso o seu principal fundamento ideológico”. Desse modo, a consolidação da história como campo científico está essencialmente ligada aos interesses políticos desse momento de ebulição em que a ciência perpassa por transformações em vários âmbitos relacionado as metodologias, investigações etc. De modo que a História certamente receberia essas modificações, desprezando o conceito ínfimo é se apropriando de notabilidade universal englobando dessa forma a História da humanidade como um todo.

Dando continuidade, destaco ainda no século XIX a falar sobre o país que tem como lema mundialmente conhecido *Liberdade, Igualdade e Fraternidade,* onde foi desenvolvido a *Escola Histórica Metódica* ou *Positivista* pensado pelo filósofo Auguste Comte, darei espaço para os escritores Bourdé e Martin (1983, p. 97) na obra, *As Escolas Históricas*. Para o autor “A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando objectividade absoluta do domínio da história”. Com o desígnio de tornar basal o método histórico, os documentos, fontes e escritos seriam o embasamento privilegiado dos metódicos, ignorando, a princípio, outras formas de constituir a História.

Pensamos, que dessa maneira, novamente nos atenhamos a propalar indubitavelmente do esquecimento gerido por essa maneira de fazer história em excluir certa categoria já citada ao longo do texto que majoritariamente não desprende de escolarização, afirmando, contudo, a continuação da visão androcêntrica branca

nas ramificações afrodescendentes é incluindo os nativos neste debate. Trazemos como auxílio Bourdé e Martin (1983, p. 97) “Portanto, está corrente de pensamento, funda simultaneamente uma disciplina científica e segrega um discurso ideológico”.

Em suma esses pensadores e as concepções históricas do século XIX para construir uma análise histórica que nos leve a termos ciência do ponto atual que vivemos. Eventualmente, início com a prerrogativa da História Oficial desse modo, analisamos como a historiografia promove a ocultação, inviabilização de homens negros, mulheres negras e indígenas proporcionando consequentemente construir uma história protagonizada unicamente pelo homo branco europeu.

Adiante, destacamos sobre a História científica que se tem influência das ideias que nortearam a Revolução Francesa com a preocupação sobretudo, com a verdade, análise crítica, método além do tempo e espaço. Logo depois, abordamos o Positivismo Histórico. Permanecemos ainda no século XIX, esse método acredita fielmente na aplicação de métodos científicos baseado na experimentação, pois através dele teríamos informações certeiras e absolutas sobre a sociedade, considerando que o conhecimento produzido por meio da ciência resultaria na identificação dos problemas sociais, ou seja, observar para entender a realidade. Com a palavra Frantz Fanon:

> Continua a nos parecer evidente, contudo, que a verdadeira desalienação do negro requer um reconhecimento imediato das realidades econômicas e sociais. Se há um complexo de inferioridade, ele resulta de um duplo processo: - econômico, em primeiro lugar; - e em seguida, por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade. (FANON, 2020. p.17).

Diante disso, torna-se evidente e conclusivo o quão eficaz se tornou o poder econômico para com a vida, sendo permissivo observarmos de forma grotesca a relação entre acúmulo material e as forças produtivas, ou seja, uma vertente historiográfica que enxerga e explica a origem das diferenças sociais.

1.2 A História Nacional contribuitiva para o limbo do “Outro”.

Permanece evidente, assim, como as demais concepções históricas o construir de uma narrativa eurocêntrica categorizando o continente Europeu como o epicentro, isto é, tendo suas nuances como elemento fundamental para os demais países. Afirmo, tratar-se de algo preocupante: como é possível que os difusores do

colonialismo, seja eles os percussores únicos para basear a história do mundo? Portanto, aqui nos debruçamos sobre a narrativa eurocentrada imbuída na nossa História Nacional. Como afirma o historiador Manoel Guimarães (1988, p. 5) “O caso brasileiro não escapará, neste sentido, ao modelo europeu”.

Por certo, iniciaremos este parágrafo e os seguintes a partir da historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo o mesmo fundado em 1838 no período regencial com o Estado Nacional já consolidado, com o objetivo de garantir a preservação e continuação da escrita brasileira, arquivos estes, que leva a termos ciência de uma memória brasileira. Acrescenta Certeau (1982, p. 6). “A historiografia (quer dizer “história” e “escrita” traz inscrito no próprio nome o paradoxo. [...] do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso”. Que nos conduz a pensar a partir dessa premissa citada é que, a escrita histórica é composta por suas peculiaridades e contradições, para além disso, há também suas dificuldades em se atenuar entre o elo do discurso e do real. Lembrando sempre que o historiador precisa se embasar em algo como (documentos, fontes, arquivos, fotografias, memória, relatos orais, livros etc.) para, assim, vir a construir, sistematizar e formalizar a historiografia.

Por isso, a preocupação em se criar um estabelecimento para permitir obter informações ocorridas no passado, gerando certa afirmação a partir disso sobre o presente, é, consequentemente, compreender o futuro apoiado nisso.

Adiante, já como Estado recém independente, partimos para a noção de criação de uma identidade brasileira a partir das elites. Essa classe será responsável pelo advento do conhecimento para as demais classes sociais. Então, se a identidade brasileira será constituída, baseada, igualada na identidade europeia proponho uma indagação que, acredito ser a mesma de quem lê esta monografia. Aonde, estará os povos pretos (as) e indígenas na composição dessa nacionalidade? Antecipo, trata-se de letrados quem escreve substancialmente a nossa história brasileira, não seria de comum acordo transcrever esses arquivos com uma identidade igualada aos povos africanos e não caucasianos. Nos atenhamos a trazer para essa discussão Guimarães:

> Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é

> eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. (GUIMARÃES, 1988. p.7).

Logo, quando o autor afirma que, quem ficara excluído da nacionalidade brasileira, mesmo fazendo parte dela, será os negros (as) e indígenas. Isso segue para uma reflexão: se estão há construir uma possível identidade brasileira excluindo dela essas duas categorias que antes e depois protagonizaram a construção braçal dessa. Aqui retomo a questão do materialismo marxista que defende amplamente o quanto o poder econômico é determinante nas relações sociais, essencialmente, na construção histórica como é o caso do Brasil.

Desse modo, existe uma personalidade importantíssima e contribuitiva para atenuar a inclusão eurocêntrica, é a exclusão do “Outro” na produção de civilidade brasileira. Se não o conhece, vos apresento Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, historiador e autor de livros que descrevem o país na época vigente do século XIX. Nasceu no Brasil, mas viveu durante anos fora dele ao ponto de obter novamente sua nacionalidade brasileira reconhecida, destaco que somos cientes da contribuição de Varnhagen e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - IHGB para a produção histórica brasileira. Foi no IHGB que Francisco Adolfo passa a compor o quadro de funcionários e se torna contribuinte da historiografia desse país. Mas, nos atenhamos unicamente a refletir que essas contribuições também foram de comum acordo para excluir drasticamente aqueles que são considerados sem civilização. Embora o próprio historiador diga que:

> Cada dia nos convencemos mais de que a história é um ramo da crítica, não da eloquencia; e que perante o tribunal della, o historiographo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz, que, depois de averiguar bem os factos, ouvindo as testemunhas, com o devido critério, deve, feito o seu allegado com o possível laconismo, setenciar na conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça (VARNHAGEN, 1857, p. XII).

Contudo, em sua fala escrita percebemos o ar preocupante em se escrever uma história fidedigna corroborando os fatos e fazendo uso abusivo da criticidade para assim chegar ao veredito final ou mesmo adicionar mais indagações. De igual modo, trazemos como contribuição para essa reflexão, a escrita dele, deixada (e nunca esquecida) em uma carta endereçada ao imperador Dom Pedro II sob a perspectiva defensiva da sua obra *História Geral do Brasil.* No trecho podemos perceber as motivações que levaram os personagens pretos (as) e indígenas a serem ignorados, ou, talvez, possamos ser mais ousadas em dizer que foram silenciados em seu livro,

resultando dessa forma uma rejeição desse escrito para o IHGB, como justificativa Francisco nos diz cautelosamente:

> Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou á Estrangeira Europa, [...] tratei de pôr um dique á tanta declamação e servilismo à democracia e procurei ir disciplinando produtivamente certas ideias soltas de nacionalidade (VARNHAGEM, 1857, p.06 apud GUIMARÃES, 1988, doc.6234).

Deliberamos que, essa proposta de narrativa como ponto principal da ação dos portugueses na formação da Colônia e na passagem do Brasil colônia para imperial teria ocorrido de forma genuinamente passiva, sem resquícios de fendimento. Como consequência disso, o resultado já seria o esperado, o autor vangloria e torna herói os portugueses colonizadores, em contraste, tornam os colonizados emudecidos e esquecidos na construção da nossa identidade brasileira. Se você, assíduo leitor ou leitora, imaginou que isso geraria ainda mais difusão do racismo, seu posicionamento é certo! Criaram incansavelmente um protagonista para a nossa história e, ele não é preto nem indígena, tampouco será mulher, nosso herói é branco, europeu e se atém à classe elitista da época.

Portanto, não apenas a questão da identidade brasileira destitui os povos pretos (as) e indígenas a condição de cidadão, a igreja também tem sua parcela bem recheada de preconceitos a partir de uma ideia comum sobre a proteína produzida nos melanócitos. Proteína essa, que além de dar coloração aos olhos e pele, também ajuda a proteger o corpo contra os raios solares. Mas, meus caros e caras, essa pigmentação seria o pontapé inicial para classificar raças. Certo seria também pensar que essa melanina que incomoda, vai muito além da desinformação, o tal problema de categorizar o negro (a) e os nativos na mesma singularidade de povos que nasceram para serem subservientes teve seu apogeu em Portugal com o período conhecido como Novo Mundo, é exatamente o que estávamos a falar logo acima.

Sobretudo, utilizam-se de termos pejorativos para designar o “outro” como Aires de Azevedo (1940) descreve são “raças invasoras” e Pires de Lima (1940) intitula “povos intrusos”, cabe observar que esses discursos são decorrentes do *Congresso Nacional de Ciência da População,* aqui se discute o perigo eminente de uma pigmentação preta desintegrar a população caucasiana, muito nos intriga pensar que os congressistas trouxeram informações a respeito do descredito que se dará às “raças invasoras” como define Lima, o que percebemos é a inteligência a favor da

degradação do ser humano para outro humano. Afinal, médicos, historiadores e antropólogos trabalhavam na intenção de tornar impossível a introdução da pigmentação no sangue europeu. Desse modo, esse seria o caminho mais assertivo para embranquecer a população e tornar inexistente a coloração preta assim. Abdias do Nascimento (1978, p.69) nos diz tratar-se de uma “[...] estratégia de genocídio”.

Nos recordamos, que a inserção da identidade nacional aos brasileiros caminhava em pé de igualdade não quanto a raça, mas quanto ao desmembramento dos povos pretos/pretas e indígenas condicionado pelos portugueses que serão os responsáveis pela colonização no Brasil dando continuidade a essa ideologia racista e aqui trago o autor que categorizou os não civilizados como “raças invasoras”, mesmo sendo esse termo um tanto contraditório, pois os invasores sempre foram os Europeus. Segundo Valentim Alexandre (1999, p. 135) “Desta concepção se partia para a justificação do tráfico de escravos [...] como também da escravatura, única forma de, pela obrigação do trabalho, dar umas tintas de civilização a quem, por outro modo lhe seria forçosamente alheio”. De tal modo que a construção histórica se fez para indiciar o “outro” como objeto, mercadoria utilizando-se de falas tão ínfimas e justificativas científicas esdruxulas impactando dessa maneira a estrutura social da sociedade com perpetuação ainda atualmente. Logo mais, no capítulo seguinte debruçaremos, sobre esse tema tão enfático e incomodativo a quem tem “alma”.

Por conseguinte, os parágrafos seguintes abordarão e trarão continuidade de como a elite se utiliza da alienação ideológica para dominar homens em sua maioria negros, mulheres não sendo restrita a cor de pele para manter sob esta perspectiva a manutenção garantida pelo *estado das coisas,* ou seja, continuar no mesmo estado que antes, preconizando o servilismo e autenticando a quem serve de fato.

Portanto, assim como muitos malefícios vindos a partir da escravidão, temos uma questão a ser tratada, e ainda não debatida, a miscigenação, embranquecimento da população brasileira e a antagônica possibilidade de termos presenciado/vivido uma democracia racial.

Logo, é importante trazer para este campo o conceito atual e o não atual. Ambas as citações foram extraídas do *Dicionário de Conceitos Históricos* (2009, p. 346): *“*Há atualmente duas discussões em torno do conceito de raça no Brasil: a discussão acadêmica, que cada vez mais tende a considerar a inexistência de diferenças raciais,

esvaziando a ideia de raça como conceito". Lembramos que a palavra tinha outro significado no século XIX, por isso é importante estabelecer esse anacronismo quanto ao emprego correto ou incorreto da palavra raça e o uso dela nesta pesquisa, seguimos para a definição dada na época vigente: "Atingindo seu apogeu como conceito científico no século XIX a noção de raça diz respeito a certo conjunto de atributos biológicos comuns a um determinado grupo humano" (Kalina Silva; Maciel Silva. 2009, p. 346). Percebe-se que a intenção da pesquisa quanto a definição é tornar inexistente como classificadora de raças, negando a existência de várias delas e nos ordenando a usá-la como única raça. Mas nesse escrito usarei como sendo o fator biológico que o distingue, pois encabeçará o século que corresponde.

Do mesmo modo, seguimos para a definição do que seja miscigenação continuamos a utilizar o *Dicionário de Conceitos Históricos*, ele nos fala como sendo "[...] a mistura de seres humanos e de imaginários" (Kalina Silva; Maciel Silva. 2009, p. 290). Essa palavra miscigenação torna-se presente através de um concurso criado pelo IHGB, Instituto engajado na promoção de narrativas sobre a nacionalidade do povo brasileiro.

E dessa vez, sua contribuição será para introduzir em nossa identidade a questão da miscigenação produzida, a partir do escritor alemão Karl von Martius, que ganha o concurso, sob o título de "miscigenação racial". Essa obra escrita pelas mãos de um homem branco, não brasileiro, permite ver o quanto nossa nacionalidade foi invadida e branqueada. E, acrescentamos, o ganhador do concurso aferiu que para compreender a história brasileira era necessário um estudo envolvendo o cruzamento das três raças: branca, indígena e preta, esses seriam os elementos fundamentais para a constituição da nossa nacionalidade colocando os portugueses não como algozes, mas como contribuintes dessa idealização e pondo as duas últimas raças como inferiores. Isso já ocorre, com intensa frequência até nos sentirmos desgastadas em cada ato insólito promovido pelo homem branco, colonizador, português que tende a tornar a miscigenação como algo natural.

A análise feita permite perspectivar que foi construído um imaginário do excluído (preto/a) para o exclusivo (branco), sob a luz resguardada pelo racismo científico ou mesmo biológico. A defesa de que haveria raças no século XIX, sustenta a existência de uma hierarquização social, em que predomina no topo da hierarquia o homem

branco e antes do final os indígenas e as indígenas, e na última camada se escondem assim sendo, como todo contexto os pretos, e, por fim, as pretas.

A construção discursiva de determinados historiadores, pesquisadores, médicos etc. contribuiu para a legitimação desse grupo como sendo inferiores aos demais. Tal fato, arraigou, massacrou todo uma raça para torná-los subservientes. Acrescento que esse prejuízo não acabou junto com a abolição ocorrida na datação de 13 de maio de 1888, ela se regenera a cada fala racista, a cada neutralidade e a cada corporificação do senso comum, no que Rita Segato (2010) chamou de colonialidade do poder.

Se um dos meios para construir esse massacre projetado, foi a partir da produção do conhecimento, então, usamos aqui como estratégia discursiva, a produção historiográfica, sobre uma mulher negra, que possa ser entendida por não acadêmicos.

Assim, vemos que a democracia racial foi apenas mais uma alternativa de internalizar, não só na população em geral, como também no próprio homem preto e na mulher preta, a razão para torná-los escravizados sob o viés econômico e político. Adiante, lhes pergunto: Acaso seria possível existir democracia racial no Brasil? Insistimos em afirmar que não, como pode um indivíduo levantar a voz estridentemente e eclodir sons que formam as frases que “não existe racismo no nosso país”, sendo que quem esbraveja tal ato é tido como mito.

Desse modo, ilustramos o quadro da desigualdade, em um quadro com dados reais retirado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE:

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E CONDIÇÕES DE MORADIA **Pessoas abaixo das linhas de pobreza (2018)**		
Valor	**Preta e parda**	**Branca**
Inferior a US$ 5,50/dia	32,9%	15,4%
Inferior a US$ 1,90/dia	8,8%	3,6%

VIOLÊNCIA Taxa de homicídios, por 100 mil jovens (2017)			
Cor	**Total**	**Homens**	**Mulheres**
Preta ou parda	98,5%	185,0%	10,1%
Branca	34,0%	63,5%	5,2%

EDUCAÇÃO Taxa de analfabetismo (2018)			
Cor	**Total**	**Urbano**	**Rural**
Preta ou parda	9,1%	6,8%	11,0%
Branca	3,9%	3,1%	11,0%

Fonte: (IBGE, Diretoria de pesquisa, coordenação de população e indicadores sociais, 2019, adaptado).

A partir do esquema representado, percebemos o quanto que a etnia preta permanece com números gritantes em conformidade a etnia branca. Sobretudo, nos comentários finais da revista percebe-se que:

> As desigualdades étnicos-raciais [...] tem origens históricas e são persistentes. A população de cor ou raça preta ou parda possui severas desvantagens em relação a branca [...] situa-se também, em maior proporção, abaixo das linhas de pobreza, e reside em domicílios com piores condições de moradia e com menos acesso a bens e serviços que a população de cor ou raça branca. [...] a desigualdade racial se manifesta também de forma bastante acentuada na dimensão da violência. [...] em relação aos indicadores educacionais, embora tenha havido melhora, as desigualdades entre esses dois grupos populacionais permanecem consideráveis e se agravam no decorrer do percurso escolar, atingindo o ápice no ensino superior. (IBGE, 2019, p. 12).

Evidencia-se em relação ao quadro uma opressão na qual, Djamila Ribeiro, já acionava em deliberar em se dá nome a essa categoria, apresentamos aos

desconhecidos (as) o que chamamos de racismo estrutural, os números traçados com percentual discrepante nos conduzem a refletir que a população preta/parda por trás desse massacre comparativo determina a dimensão do poder sob o véu escancarado da reprodução da ordem social. Os dados estão ao alcance de todos e todas. Sobretudo, o que não deixa de ser preocupante e urgente em se questionar, é o quê que a superioridade mostrada, ora em jornais, ora em pesquisas delimitam as posições em que povos pretos (as) estão, somos referenciados (as) como minorias mesmo compondo o maior percentual em pessoas que se declararam como negras (os), porém a palavra minoria faz parte dos espaços em que ocupamos. São esses dados que desestabiliza a ideia da existência de uma democracia racial no Brasil.

Veementemente, que está suposta democracia não se aplica a nenhum âmbito racial preconizado pelo branco, haja visto os altos índices que comprovam o racismo no Brasil. Nesta pesquisa pretendemos não emudecer ninguém, e apesar de alguns equívocos cometidos por esse autor que contribuem para reforçar a colonialidade do poder, assim Florestan Fernandes diz:

> Em nenhum ponto ou momento o “homem de cor” chegou a ameaçar seja a posição do “homem branco” na estrutura de poder da sociedade inclusiva, seja a respeitabilidade e a exclusividade de seu estilo de vida. [...] A ideia de que o padrão brasileiro de relação entre “brancos” e “negros” se conformavam aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da “democracia racial brasileira”. Admita-se, de passagem que esse mito não nasceu de um momento para o outro. Ele germinou longamente (FERNANDES, 2008, p. 304).

Diante disso, fica ainda mais evidente o distanciamento em se tornar possível uma democracia racial no Brasil, muitos foram os meios para legitimar tal ação e essa é apenas mais uma delas, por isso cabe a nós escritores e leitores descontruir essa falácia produzida nos tempos atuais. Florestan adiciona:

> Todavia, tal mito não possuiria sentido na sociedade escravocrata e senhorial. A própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressuponha, repelia a ideia de uma “democracia racial”. Que igualdade poderia haver entre o “senhor”, o “escravo” e o “liberto”? (FERNANDES, 2008, p. 309).

O sociólogo finaliza sua fala com uma indagação que cabe a cada indivíduo procurar responder, aqui responderei a nossa, deveras é ilusório cogitar em pares de igualdade de um ‘escravo’ com o ‘senhor’ no qual, o mesmo é protagonista, deliberou, organizou todo um sistema para que o indivíduo supostamente sem civilidade pudesse trabalhar ou melhor dizendo pudessem ser escravizados, açoitados e suas parceiras/filhas/conhecidas abusadas. A esse homem branco deve-se igualdade?

Caberia aos negros e negras estarem reclusos no final da hierarquização? A brutalizarão e desqualificação de um grupo de humanos, equivocadamente classificados em raças, em função de uma maior pigmentação da pele os tornam favoráveis a escravização? E o outro como 'liberto' passou pelo mesmo processo até ser promovido para libertação, mas ainda está sujeito a sofrer discriminação, está livre, mas continua amarrado ao sistema desigual gerado pelo 'senhor'. A saber, contra esse ideal de não existir racismo no Brasil o livro *O genocídio do negro brasileiro* de 1978, baseou-se em quê para ser produzido? Digo, baseou-se numa verdade onde, Abdias do Nascimento nos alerta para as muitas mitificações, dentre elas:

> [...] Um dos recursos utilizados nesse sentido foram a mentira e a dissimulação. [...]. Semelhantes distorções da realidade são comuns no "mundo que o português criou", sempre na tentativa de erigir uma fachada mascarando a ideologia imperialista. Não são fatos apenas do passado. Nos dias de hoje, no Brasil herdeiro das tradições escravagistas de Portugal, pratica-se impunimente falsificações dos fatos históricos (NASCIMENTO, 1978, p. 50).

Além dessas evidências citadas por Nascimento (1978), se tem a importantíssima contribuição da Igreja Católica, como pedestal de civilidade, que sustentada em passagens bíblicas, orientou sua atuação, não apenas para catequização dos africanos escravizados, como também os instigava à subordinação aos seus senhores em nome de uma divindade. Acredito, tornar-se impossível sustentar essa ideia de que não existe racismo no Brasil, após essas constatações.

E por fim, explicamos como sucedeu o processo elucidativo do que os decoloniais têm chamado de colonialidade do poder que afetam não só a organização das relações sociais, entre brancos e subalternos, como também entre homens e mulheres, especialmente, pela negação de gênero a esses [subalternos]. Como também da colonialidade de gênero termo este, que traz consigo uma categoria de análise, assim como raça e classe internalizando em sua trajetória movimentos sociais que possam oportunizar direitos, respeito, autonomia, equidade etc. também conhecido como primeira onda do feminismo desencadeado no final do século XIX, mas seu ímpeto quanto a criação da categoria gênero desenvolveu-se na segunda onda do movimento liderada por Betty Friedan, com o seu trabalho intitulado *A mística feminina,* publicado em 1963 nos Estados Unidos.

Portanto, percebe-se a trajetória dos conceitos da palavra *Mulher* que antes era utilizada como forma de universalizar o ser humano indo em contraponto ao que antes

era denominado *homem.* Isto é, reafirmar uma identidade distante do expoente masculino, referenciando-se como mulher e não como utilizamos cotidianamente o gênero masculino representando o feminino.

Em comparação ao que mulheres brancas reivindicam por direitos humanos e civis, as mulheres negras acrescentam em sua pauta, além dessas nuances a opressão racial, pois uma não difere da outra, introduzimos nessa discussão a ativista negra Sojourner Truth, que já proferia em seus discursos as chagas presente em nossa pele preta. Com o seu famigerado discurso em 1851 na Convenção de direitos das mulheres em Ohio, nos Estados Unidos. Sua fala é uma denúncia:

> Posso dizer algumas palavras? Eu quero dizer algumas palavras sobre este assunto. Eu sou um direito de mulher. Tenho tantos músculos quanto qualquer homem e posso trabalhar tanto quanto qualquer homem. [...] Já ouvi muito sobre os sexos serem iguais; posso carregar tanto quanto qualquer homem e comer tanto quanto, se conseguir. [...] Quanto ao intelecto, tudo o que dizer é: se as mulheres bebem meio litro e o homem meio litro – por que ela não pode beber o litro cheio? Você não precisa ter medo de nos dar nossos direitos, temendo que tomemos muito, pois não podemos aceitar mais do que nossa cerveja aguenta. (TRUTH, 1851).

A preocupação fadada nesse discurso rege as definições destinadas as mulheres negras, sendo seu corpo usado para fins de trabalho manual, servilismo, cuidar e se sujeitar aos abusos cometidos por seus algozes. A luta da mulher de cor destoa da luta da mulher branca, mas se assemelham em algum ponto por união.

Se o caminhar é longo e nele transcende argumentos que possa gerar embate nesse sentido, intercalamos dentro desse campo a noção de interseccionalidade em que o feminismo negro, utiliza como ferramenta teórica para se pensar a estruturação entre racismo, sexismo e patriarcado que levam as opressões sentidas por mulheres negras.

Pois bem, como de praxe e para título de ‘escurecimento’ recorremos para conceituar o termo decolonialidade: “[...] conceito decolonia/descolonial, ambas as formas se referem à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus principais dispositivos” (QUINTERO et al, 2019, p. 4).

É importante dizer que esse processo é resultante de um Grupo de pensadores e intelectuais latino-americanos pertencentes ao grupo de pesquisa

Modernidade/Colonialiadade estabelecido em 1990, com o intuito de possibilitar uma renovação crítica no século XXI, que supere a versão eurocentrada sobre a História.

Esses autores conceituam colonialidade do poder a partir da “proposta por Quijano para nomear o padrão de dominação global que se constitui como face oculta da modernidade, é a noção central que entrelaça as operações epistêmicas anteriores” (QUINTERO et al, 2019, p. 5). Ou seja, deliberando de uma forma mais informal decolonialidade diz respeito a uma descontinuidade do colonialismo, para objetivar a libertação do saber, criar espaço para que as vozes ocultadas, esquecidas e invisibilizadas possam ecoar tornar visível quem foi escondido, sobretudo, gerar autonomia para os movimentos que enxergam as dores e as criações destes subalternizados. Logo, a colonialidade do poder é, portanto, a continuidade do colonialismo com seu poder de regimentar e controlar o trabalho, o capital, o conhecimento e a reprodução.

Em conformidade, adicionamos a esse campo o sociólogo e pensador humanista peruano Aníbal Quijano, pois através da sua dedicação à pesquisa no ramo da esfera colonial no espaço latino-americano lhe foi oportuno desenvolver o termo “colonialidade do poder” que simultaneamente se reinventa e se reelabora. Primeiro como uma autodestruição da subjetividade do “Outro” para assim, esse outro assumir a identidade do colonizador. Segundo como reelaboração de dominação do poder. A princípio essa teoria surgiria com o ideal de que com o findar do período escravocrata o colonialismo se reinventaria assim, como foi dito nas linhas acima, desta forma estendeu o seu processo de exploração através do que hoje são vertentes atuais de um processo inaugurado apenas a partir da colonização da América e do Caribe, como o capitalismo, a globalização, a modernidade e o não menos importante eurocentrismo.

Salientamos que a sua atuação ainda permanece vigente, uma vez que a crença na classificação social por raças, principal eixo da colonialidade do poder, perdura. Assim, ao continuar utilizando categorias raciais como indígenas e negros/pretos, brancos reproduzimos as hierarquias coloniais investidas nelas, exaltando a exploração de séculos e para além desses fenótipos acrescenta-se o gênero.

Pelo exposto, abro espaço para a fala de Rita Segato:

> [...] a crueldade e o desamparo das mulheres aumentam à medida que a modernidade e o mercado se expandem e anexam novas regiões. Apesar de todo o aparato jurídico que se conhece, desde a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de 1993, com a expressão “direitos das mulheres”, podemos, sem dúvidas, falar da barbárie crescente de gênero moderno, ou do que já é chamado “genocídio de gênero” (SEGATO, 2012, p. 108).

Assim, percebemos que a estruturação de poder foi criada a partir do que foi classificado como diferente. Aquilo que me difere do colonizador, como a cor da pele obviamente, nos colocará no campo da dominação, seja por ser preto/preta, nativo ou mulher. Durante a colonização é construído um regime de verdades (FOUCAULT, 2008) e de representações (HALL, 2001) que anula/estereotipiza as qualidades do outro, de forma que o “outro” representa tudo aquilo que o dominador não é e não quer ser.

Do mesmo modo, fomenta pensarmos que existe uma hierarquização de poder colocada como algo natural e bem mais que isso, essa dominação coexiste juntamente com a elaboração de classificar o continente latino-americano dentro do modelo de classe, gênero e raça sendo essa última o critério fundamental de dominação eficaz e duradoura. A estruturação desses elementos tem como ponto de partida o controle sobre a autoridade, o controle sobre a natureza, a reprodução e os recursos naturais e o controle sobre a subjetividade e o conhecimento. Como complemento de informações introduzo nesta discussão o sociólogo brasileiro Clovis Moura, que bem antes já defendia a tese de que:

> O modo de produção que existe no Brasil é o capitalismo dependente. As relações de produção determinam, em última instância, a estrutura básica da nossa sociedade, alocam no espaço social diversas classes e frações de classes que por seu turno, são dinamizadas de acordo com o nível da luta de classes (MOURA, 1988, p.48).

Indubitavelmente, o pesquisador nordestino tinha uma percepção em que é existente o vínculo entre, os problemas sociais do preto (a) com as estruturas sociais e econômicas, sua preocupação não é somente estabelecer esses componentes, mas atribui-la a resistência dos negros (as). Antes disso, é necessário priorizarmos o contexto para posteriormente entendermos que: “A superação do racismo só poderia ser efetivada a partir da compreensão da realidade histórica e social do Brasil” (GÓES e CORREIA, 2015, p. 183). Decerto, que está seja a forma mais evidente e plausível, busco contribuir com a propagação de conhecimento, na expectativa de que esta pesquisa venha chegar às mãos daqueles que se alimentam de um confuso e nada científico conjunto de ideia/opiniões.

Neste contexto agrego o elemento feminino como resistência de poder, seja ela camponesa, preta, pescadora, trabalhadoras urbanas e rurais dentre outras. Nesse sentido segundo a historiadora Scott:

> [...] reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros” ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar por padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vistas jamais expressos como tais (SCOTT, 1992, p.77-78).

Certamente, que a escrita da História das Mulheres ainda permeia um viés masculino e horizontado pelo embranquecimento. E, ali encontrará o fator que nos emudecem o homem e a mulher branca na qual, determina, nos limita, escraviza, nos classifica sob a égide da legislação que também é masculina, a antropóloga Rita Segato, fala por todas nós:

> A rapinagem sobre o feminino se manifesta tanto sob as formas de destruição corporal sem precedentes, como sob as formas de tráficos e comercialização de tudo que estes corpos podem oferecer, até o seu limite. A ocupação depredadora dos corpos femininos ou feminizados se pratica como nunca até aqui (SEGATO, 2012, p. 108).

Para isso caminhamos para a análise de como o gênero está intrinsecamente ligado ao colonialismo assim como, raça e classe. No entanto, entendemos que indubitavelmente a partir de estudos como os de Rita Segato (2012), Maria Lugones (2012) e Oyweumi Oyeronke (2016) demonstram a inexistência ou relativação de um sistema de gênero, e/ou de uma lógica patriarcal comandando sociedades ameríndias e de matriz iorubá, assim, a universalização do patriarcado só teria ocorrido em função da colonização, promovendo a hierarquização por gênero, mesmo entre os grupos tradicionais. E bem mais que isso, por meio da classificação do sexo, classificou-se também a questão da divisão do trabalho. Assim, o processo classificatório que intersecciona raça, classe e gênero se torna uma das formas mais eficazes de legitimações produzidas pelos europeus para tornar certo de que a (o) colonizada (o) esteja sempre na posição de subalternizada e de servilismo para com o colonizador.

1.3 História Cultural diferenças compartilhadas.

Propusemos nesse tópico uma breve análise de como a micro-história e a macro-história se fazem presente no tema da realização desta pesquisa. Partamos da

premissa de dedicar essas linhas ao que se constitui como micro-história antes vista como “história condenável” ou “pequena história” (VAINFAS, 2002, p.08-11). A desconsideração dessa parte da história se dá por abordar temas até então, desconsideráveis para a produção histórica, como o tema dessa monografia, que aborda a trajetória de uma mulher negra, mesmo que tenha sido a primeira romancista publicada do Brasil.

Desse modo, a macro-história passa a ser considerada conforme Vainfas (2002, p. 11) a: “[...] verticalizar ao máximo os estudos de um tema ou personagem muito específico, seja ele célebre ou totalmente desconhecido”. Ou melhor, refere-se a uma *Microstorie* que expõem fatos de uma forma amplamente investigativa protagonizando e visibilizando indivíduos outrora coadjuvantes, pode -se observar que há uma quebra entre a História Oficial contextualizada por grandes feitos, e considerando o homem branco como o único causador desse colossal efeito. Já, a Micro-história visa resgatar esse pano de fundo que encobre os/as personagens (mulheres, pretos (as) e indígenas) que constituíram a História não de forma invisível, mas que foram apagados dela, é aqui que a cortina não se fecha pelo contrário, ela é escancarada.

Posterior a isso, é considerável elevarmos essa discussão para como ocorreu o processo de uma perspectiva macro para um micro. É correto alertar que não julgarei qual das suas teorias se aproxima em verificar com maior precisão, pois ambas têm suas contribuições para o fazer histórico.

Vejamos que uma contribui para a existência da outra, mas é necessário que o pesquisador se atenha a um desses objetos para idealizar sua pesquisa e aqui não seria diferente, se cabe uma escolha a ser feita quanto a opção desse objeto, nós direcionamos para executar esta monografia dentro da perspectiva da micro história, sobretudo, evidenciando uma das obras da escritora Maria Firmina dos Reis sob a alcunha de O conto *A escrava*, este escrito e está autora outrora, esquecida.

Diante disso, é valoroso incluir o conceito sobre História Oral, trago novamente o *Dicionário de Conceitos Históricos,* e ele nos garante que se trata de “[...] uma metodologia histórica que trabalha com depoimentos orais, realizando entrevistas a partir das quais o historiador constrói suas análises” (2009, p. 186). Desde o início das primeiras páginas deste escrito trouxemos o construir da historiografia a partir da escrita, e com a modernização se fazendo presente podemos acrescentar em dizer

que a História também se modernizou, adentrando para outras formas do fazer histórico como destacamos as fontes orais como construção desta diante disso, oportunizo ao pesquisador Gwyn Prins acrescentar nesta pesquisa a sua:

> [...] a maior parte dos historiadores profissionais – em geral são bastantes céticos quanto ao valor das fontes orais na reconstrução do passado. [...] A fragilidade implícita das fontes orais é considerada universal e irreparável; por isso, para as sociedades sem registros escritos, o alcance convencional do discernimento é desanimador". (PRINS, 1991, p.163).

Explicitamente, fica embutido que as fontes orais para determinados historiadores ainda são tidas como algo preocupante, por ainda se basearem em fontes escritas. É inevitável fazermos uma ressalva a partir disso, se a reconstrução do passado se dá somente por meio da fonte escrita, a escrita feita por homens brancos, ela sempre será 'vista de cima', será escrita pelos que venceram e os que perderam ficarão subtratados, como componente dessa atuação? Enfatizamos, estarão ali, não muito longe cobertos pelo manto da branquitude. Por isso, é necessário se fazer história através também da oralidade, pois é por meio disso que daremos voz a quem foi calado.

Contudo, em 1970 torna-se enfatizada a Nova História Cultural, a partir de leituras feitas observamos não se tratar de uma conceituação apenas, pois assim, como o mundo torna-se moderno o conceito da mesma vai sendo reavaliado. Mas, para este momento trouxemos o historiador Peter Burke que nos dá uma definição aproximada do que seja história cultural:

> Em geral, é usado para se referir à "alta" cultura. Foi estendido "para baixo", continuando a metáfora, de modo a incluir a "baixa" cultura popular. Mais recentemente também se ampliou para os lados. O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar) (BURKE, 2008, p. 28).

A princípio, é necessário abrangermos o quanto o conceito abordado pelo autor inglês sofreu alterações, a gamificação que contemplava somente uma categoria foi ampliada, podendo englobar não somente a alta cultura direcionada para as elites, como também para a baixa cultura, ou seja, a classe subalterna. Se esta última classe é adicionada à História da Cultura, novamente nos inclinamos a pensarmos o quanto os historiadores estavam preocupados em inserir na construção histográfica aqueles que por muitas vezes não fizeram parte dela.

Para além disso, chamamos a atenção do percurso traçado pela historiografia em que cada teoria ampliava um campo de discussão, possibilitando, dessa maneira, assim, como já havíamos dito, escancarar as cortinas e trazer para o palco da pesquisa outras práticas essenciais a serem analisadas como é o caso do estudo sobre mulheres, infância, ressentimento, memória, oralidade, vida cotidiana, práticas sexuais, dentre muitas outras abordagens. Como contraponto à história positivista, seriada, quantitativista surge a Nova História Cultural, pois dela partiu a intencionalidade de incitar uma revisão sobre as fontes históricas englobando desse modo, outras formas de construir a historiografia, percebendo, pois, que não somente a escrita é capaz de constituir a pesquisa histórica.

De forma conclusiva, cultura também remete à investigação, considerando que uma de suas representações é a prática social em que a atuação vivenciada por determinados indivíduos é levada em consideração. É possível pensarmos similarmente que a história cultural sofreu alterações assim, como sua definição foi alargada ao longo dos séculos, notadamente, pela influência do relativismo cultural e do culturalismo, e depois pelos estudos culturais, deixando de ser apenas uma história cultural visada em contemplar o viés elitista de épocas passadas, mas incluindo os múltiplos modos de vida de distintos grupos, formulando a nova história cultural que levará em consideração as práticas diversas de um povo. Acrescenta Roger Chatier:

> A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada dada a ler. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categoriais fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoantes a classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHATIER, 2002, p.17).

Portanto, ao trazer essas concepções históricas a partir do século XIX ao XX, constatamos, evidentemente, que se tem uma narrativa preocupada com a cientificidade e com os métodos, e que gradativamente vai alargando suas fronteiras para abarcar a questão das desigualdades sociais, raciais e de gênero, visando apreender a diversidade cultural.

Assim, passamos de uma História Oficial que reduzia ou mesmo negligenciava a participação ativa do restante da população, ao adotar uma perspectiva seriada e quantitativa. Para uma História Cultural e Decolonial, que busca fazer fortes críticas a

narrativa eurocentrada, que passou a delimitar a colonialidade do poder, do ser, do saber e de gênero. Assim, ao explorarmos os vínculos entre a História Cultural e Decolonial e verificamos o método de análise histórica a partir da cultura, trazendo à tona as abordagens entre história, antropologia, sociologia, e acrescentaria, ainda, a literatura com a intencionalidade de investigar a cultura popular, os símbolos, a tradição, a memória coletiva, inclusive dos grupos subalternizados.

Nessa perspectiva, trazemos para análise a escritora maranhense que em sua biografia constata tanto feitos, mas durante sua existência inclinou-se para o esquecimento, viveu no limbo, faleceu obstinada a continuar neste estado, mas houve um resgate de suas obras e seu esquecimento em vida tornou-se sua lembrança desbravada perpetuada para os dias atuais. Para aqueles que ainda não a conhece, vós apresento Maria Firmina dos Reis, na sua idílica escrita permanente na qual, a própria escritora se considera:

> [...] pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conservação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus país, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p.93)

Em decorrência das teorias trabalhada dentro desta monografia, fica certo, o quanto que Firmina hoje elevada ao pódio de relevância intelectual, outrora era considerada e categorizada apenas como uma mulher negra, pobre e rechaçada à invisibilidade pela sociedade brasileira.

Contudo, seus escritos possibilitou uma liberdade de expor as reivindicações protagonizada pelo período escravagista, o marco desse momento é que eventualmente, o discurso dessa vez partirá de uma voz enegrecida propondo, aos seus fidedignos leitores identificar ao longo de suas obras um visível discurso imputável quanto as mazelas que assolavam os subalternizados. Considerando que, Maria Firmina, filha de ex escravizada nos orienta a vermos a escravidão através da vivência de sua matriarca, transpassando pela sua ótica sanguínea de quem foi flagelada pelo sistema opressor. Seguimos então, gentis leitores para o segundo capítulo embasado fielmente na obra desta que vos faleis.

Logo em diante, no segundo capítulo rompemos com a linearidade introduzindo o pluralismo histórico juntamente com a História Cultural, História de Vida e Micro História criando uma discussão histórica com os seguintes questionamentos; porque

a historiografia condicionou as mulheres negras a terem posição de desprivilegio. Por que nossa história de vida é regada por infortúnios de proibições? Por que nos negam humanidade e nos objetificam? Porque os brancos criadores do racismo estão de braços cruzados enquanto a população preta trabalha rotineiramente para informá-los que eles são responsáveis pela manutenção do racismo. E com o semblante cansado e com a voz rouca perguntamos, por que nos matam?

CAPÍTULO II – UMA LEITURA FEMINISTA DA VIDA DE MARIA FIRMINA

Se a sua leitura chegou até aqui, ora de forma tênue, ora de forma lenitiva informamos que cada página lida ressurge em ti! Leitor e leitora, é o desejo de fazer acontecer a revolução que brota ao lermos autores negros e negras, isso nos torna previamente revolucionários(as), já que retira desse modo, o comodismo de estar sempre ao seu bel prazer realizando leituras branca. Só para ilustrar, quantos livros de autores afrodescendentes fez parte da sua lista de leitura? Assim sendo, percebemos que até neste ramo de conhecimento a predominância ainda é branca, digamos ainda o é; não de forma vagarosa, mas caminhamos para enegrecer este campo epistemológico.

De certo, que este capítulo desprezará a placidez e empregará em toda sua escrita um tom de conflagração. Silenciados e silenciadas fomos, durante séculos e se este contemporâneo mundo lutou e luta arduamente para que vozes, e não tonalidade de pele seja, o motivo deliberativo para enxergar e determinar a quem tem o direito de fala; e, aqueles que estarão no limbo de ouvir. Portanto, trazemos para enegrecer ainda mais este artigo, a fala da filósofa Djamila Ribeiro (2019, p. 21): “Devemos aprender [...] a importância de nomear as opressões já, que não podemos combater o que não tem nome”. Percebendo isso, sabemos que discursar seja um direito, mas para aqueles que sempre estão a ouvir não o é. Portanto, se esta cláusula antes nos era recusada; hoje pretendemos fazer dela uma ação que nos motiva. Como acrescenta a teórica indiana Gayatri que procura:

> Questionar a posição do intelectual pós-colonial ao explicitar que nenhuma ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato esteja imbricado no discurso hegemônico. [...] Dessa forma [...] desvela o lugar incômodo e a cumplicidade do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência. Agir dessa forma é reproduzir as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido. [...] portanto, o perigo de se constituir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro (SPIVAK, 2010, p. 12-13).

Diante disso, nos inclinamos para debelar a estrutura deste capítulo conforme, foi realizado no anterior. O mesmo será fragmentado em três distintos tópicos dessa

maneira, o primeiro será adornado em salientar o lugar destinado às mulheres brancas e negras levando em consideração que nesta última categoria a amplitude da pesquisa será notadamente voltada para ela: a mulher negra. Como afirma ainda mais a escritora Ribeiro (2019, p. 22) que “[...] sobre a mulher negra incide a opressão de classe, de gênero e de raça, tornando o processo ainda mais complexo”. Adiante, abordarei as poucas possiblidades e muitas impossibilidades de esses sujeitos (homens pretos e mulheres pretas) terem acesso à educação (escola), e virem a se tornarem agentes públicos como escritores, professores entre outras profissões de destaque. Logo depois, será mencionado a questão infringente da não existência de escolas mistas, propagando dessa forma, o impedimento de mulheres frequentarem esta instituição que, mesmo sendo pública, mantinha-se restrita, condicionando, a escritora maranhense, Maria Firmina, a promover meios para coexistir e resistir incansavelmente.

Posteriormente, no segundo tópico caminharemos de mãos dadas, rígidas pela flacidez do trabalho árduo; e, cabeça erguida mesmo o sol vindo a contemplar nossas faces matinalmente neste espaço, linhas serão dedicadas a descrever a fortuna de conhecimento inédito angariado, gerado e deixado por uma mulher negra. Para além disso, sua biografia passará do esquecimento para o reconhecimento, torna-se pertinente assinalar que o sociólogo Zin, (2018, p. 7) faz menção sobre Maria Firmina, que “[...] tanto seu nome quanto suas ideias vêm sendo retirados do véu do esquecimento e revelados às novas gerações de leitores”. Concordando em dizer que o sistema opressor que garante visibilidade às obras de pessoas brancas será o mesmo que oportunizará visibilidade aos artistas negros e negras.

Em conseguinte, chegamos ao último tópico na qual, traremos de forma fidedigna a análise do conto “A escrava”, verificando e fazendo observações acerca da narrativa literária da autora Maria Firmina dos Reis e sua maturidade na linearidade de suas obras.

2.1 Contexto em que viveu a escritora

Nosso caminhar é sentido, dorido e aflito acrescento mais uma lamúria; é pujante, atenuante e desgastante. Nossa história não narra um conto utópico, não descreve um sonho ilusório, - queres saber o que ela narra? Uma dimensão tosca,

agressiva e abrasiva de uma hegemonia, palavra está mais que necessária para descrever tal momento. Mas, o que nos aflige não fica restrito a apenas isso, vai além, todo a nossa história comporta uma narração de sofrimento atrelada as mais cruéis formas de humilhações. Esta, era a condição de vida embebecida pelo conservadorismo e escarrada nas mais profundas mazelas do tempo vivido por Firmina no século XIX.

Restrições, silenciamentos, emudecimentos esses eram os meios legítimos ao qual a população preta se prestava. E, se porventura, alguém gritasse que este grito ecoasse aos quatro cantos do mundo com os seguintes dizeres “nós existimos”. E com esta pequena introdução de resistência seguimos para o confronto.

Sendo assim, torna-se primordial contextualizarmos o período em que a escritora nordestina viveu. Este espaço ainda não comportará sua biografia, que será descrita no tópico seguinte. Afinal, muitos foram os entraves perpassado por aqueles que iam; além, do que o sistema lhe permitia ou mesmo lhe oferecia. Destaco que, o lugar é plausível para a origem e disseminação do racismo, pois anterior a isso fincaram em nós, pretos e pretas a atenuante escravidão, e a partir dela resultou a segregação a quem teria direito aos estudos e a quem não.

Contudo, as representações que permeavam o século em que Firmina viveu garante assertivamente o quanto que ser mulher negra, homem negro, alfabetizada (o); e/ou analfabeta (o), e pobre são sinônimos que possivelmente garantirá uma perspectiva de vida suntuosa de luta. Iniciando pelo momento vigente do século XIX em que o contraste da colonização se assemelhava a estas pessoas com iguais características. Pois bem, temos uma justa dedução, além de tirar forçosamente os povos africanos de sua região, religião, cultura, família, clã etc. a serem escravizados no Brasil, eles, os colonizadores também retiram sem nenhum pudor o direito a educação fazendo disso um produto social e educacional. Dessa maneira, trazemos para esta discussão a pesquisadora Mariléia Cruz amparada por esse tema:

> [...] no Maranhão, durante o século XIX a educação dos negros não se concretizou apenas no sentido amplo do termo, onde o contexto escravista reproduzia-se pela educação para a submissão. Mas que, apesar da escravidão, os negros também eram influenciados por processos educativos que moldavam aspirações de civilidade, integração social e liberdade. [...] percebe-se que a ação do Estado apresentava diferenciações profundas quando o favorecimento da instrução dos setores negros é comparado com o que se destinava aos outros grupos (CRUZ, 2009, p. 112).

De igual modo, certamente pensar que os saberes como a escrita e leitura eram elementos necessários para ocupar funções públicas e sociais, acrescento ainda que dentro desse contexto existia o discurso do liberalismo, promovendo a ideia de que o mérito é resultado da aptidão de cada sujeito. Contudo, o resultado esperado não poderia ser outro, o sistemático afastamento dos africanos e afrodescendentes do bojo dessa instituição e dessa lógica utilitarista, que o habilitaria a exercer funções no espaço público. Mesmo para aqueles com algum acesso ao sistema educacional vigente, lidavam com uma educação escolar regida por um viés determinado, que funcionava como uma educação para a elite e adestramento para a o restante, com aproximação à lógica dos brancos detentores do conhecimento eurocentrada. Notadamente, percebemos o discurso utilizado no sentindo de legitimar que a incapacidade dos negros e negras era decorrente do fator biológico, fator este que distanciaria largamente o mérito da cor da pele.

Portanto, assíduos leitores e leitoras; muitas são as discrepâncias em tornar correto a subversão do outro, a história fielmente nos mostra isso – a nossa intencionalidade também é. Como bem observa Jaime Pinsky (2019, p. 45) “[...] o papel do historiador - passa necessariamente pela constatação das mazelas e violências de que o povo tem sido vítima”.

Caminhamos, ou como queiram saltamos, para o início do século XIX, onde a literária maranhense inicia sua vida acadêmica no qual. Em contrapartida, salientamos que Reis, como mulher negra e nascida no período conflagrado pela escravidão de africanos negros (as), remetemos em indagar, não seria ela escravizada também? Pensar isso seria camuflar que além dos escravizados havia aqueles que foram alforriados, sobretudo, os que nasceram livres. Segundo Mariléia Cruz, no Maranhão no século XIX:

> Podiam ser identificados assim tanto pessoas brancas quanto negras, contudo alguns documentos utilizam o termo ingênuo para caracterizar os negros filhos de libertos. Ou melhor, filho de mulher liberta, pois a herança da condição escrava ocorria pela maternidade e não pela paternidade (CRUZ, 2009, p. 113).

Todavia, uma dessas raras possibilidades de liberdade veio conforme, a promulgação de 1871 configurada pela Lei do Ventre Livre, não podendo deixar de relatar as valiosas contribuições dos abolicionistas para o resultado de leis através de lutas por políticas sociais. Sendo assim, nossa fonte física de pesquisa, nascida após este regimento é considerada livre. Portanto, como mulher negra e livre busca romper com os meios possíveis para quebrar esse ciclo vicioso de manter a população afrodescendente amordaçada aos vieses do servilismo. Assim, Maria Firmina

transcende esse sistema racista e promove sua colocação ao ensino, pois será através dele que ressoará uma voz, mesmo que personificada pelo pseudônimo de “Uma Maranhense”, que oportunizara, sobretudo, críticas, ora severas, ora enfáticas sobre a escravidão. Mas nos atenhamos aos exageros para dificultar o acesso à educação daqueles que comporta em sua pele um teor elevado de melanina, do mesmo modo, como acontece com o gênero feminino.

Sob o mesmo ponto de vista, as aulas de primeiras letras para crianças negras só foram possíveis com a definição da lei de 15 de outubro de 1827 que diz: “Art. 1° Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”. Ao passo que, propunham na província do Maranhão espaços destinados à escolarização de crianças pretas, atitude fulcral aos filhos e filhas de mestiços livres. Lembrando que cabia aos professores utilizar de um método para identificar fenotipicamente os alunos e alunas com informações precisas e/ou imprecisas sobre a cor da pele da turma que lecionava. Sobre esse assunto nos diz Cruz:

> A aula de primeiras letras se iniciou na colônia em 10 de maio de 1855 [...] destinado ao controle rigoroso da emergência de quilombos, com atuação decisiva para destruição de vários mocambos durante todo o século, causam surpresa quando se identifica que os meninos e meninas que compunham a turma eram, majoritariamente, mestiços (mulatos, caboclos e mamelucos) (CRUZ, 2009, p. 123-124).

Ademais, acrescentamos que a diversidade racial contemplava as instituições escolares nesse período, pois dela provém uma exigência por parte do Estado em que os salários dos professores consistiam no quantitativo de estudantes por sala, isto é, quanto mais alunos e alunas se teria um motivo que “[...] justificasse o recebimento dos seus salários” (CRUZ, 2009, p. 122). Não obstante, fica evidenciado que a intencionalidade do Estado está arredada em não articular e protagonizar meios que possam lincar educação com diversidade. Se, por um lado, o acesso à educação no século vigente para afrodescendentes era flagelado por um viés mais econômico e domesticável, aqueles que se destinavam a lecionar também passaria por essas prerrogativas em desqualificar a profissão como bem observa os autores de *Educação, poder e sociedade no império brasileiro:*

> [...] observa que a instrução pública é pouco difundida na Província. Atribui este fenômeno ao fato de o emprego do magistério, principalmente nas escolas elementares, ser pouco procurado em virtude dos “tênues recursos” e “mesquinhos salários” que lhes são atribuídos. Ao lado disto, a ambição por empregos mais lucrativos

> prevalecia a qualquer desejo que houvesse na instrução da mocidade (GONDRA; SCHVELER, 2008, p. 83).

Pertinente a isso, o que nos resta refletir copiosamente é que a desimportância acerca da docência não é fruto de um projeto contemporâneo, mas trata-se de uma articulação projetada indecorosamente há séculos, como fundamento para lincar educação com servidão, conhecimento com adestramento; distanciando qualquer eventualidade que possa fazer da educação um ato beligerante. Não é incorreto trazer essas afirmações, logo que, o Estado intentado está, para fazer dessa ferramenta mão de obra qualificada.

No entanto, observa-se que a educação não foi amparada somente nesses moldes, mas que a mesma protagonizou em alguns acanhados momentos a dispersão em tornar os negros e negras influenciados (as) no processo educativo para vir oportunizar liberdade; inserção social e, por que não acrescentar civilidade. Desse modo, incluímos a nossa protagonista nesse contexto em que faz do estudo meios para prosperar. Assim, como ouvimos no decorrer da nossa etapa de vida, ora como conselho, ora como uma alerta de que a "[...] educação como prática da liberdade" deve ser buscado, como bem observa Paulo Freire (1987, p. 56).

Embora, o conhecimento minasse nos lares daqueles que dispunham de forma ínfima de condições econômicas para condicionar aos filhos e filhas acesso ao mesmo. Articulamos em vos dizer que as objeções não findaram, pois no período oitocentista as escolas em sua maioria não eram mistas, não integravam o campo da escolarização para as meninas e meninos, havendo uma separação por gênero. Como elucida os autores, que alerta para a:

> [...] importância das experiências vividas por meninas e mulheres oitocentistas na luta pelo acesso à instrução formal e pela inserção no ofício docente. Naquele contexto, proclamar discursos e difundir práticas de escolarização das meninas, visando ao apoio ao trabalho das mulheres como professoras primárias representavam um importante deslocamento no que se refere às visões tradicionais e uma nova percepção sobre as relações de poder e de gênero no tenso jogo de representações a respeito da presença das "mulheres nas salas de aula" do século XIX (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.219-2020).

De igual modo, é importante frisar que o alcance educacional para os homens nesse período era mais abrangente, se havia alguma limitação de acesso a este, seria reiterado tacitamente ao gênero feminino. Com tal característica, buscamos trazer para fim de dúvidas um quadro demonstrativo sobre o quantitativo de alunos e alunas nas 18 Províncias:

TABELA 1 – QUANTITATIVO DE MENINOS E MENINAS EM ESTABELECIMENTOS ESCOLARES NO BRASIL EM 1875.

Províncias	Estabelecimentos ou escolas	Número de estabelecimentos			Números de alunos		
		Meninos	Meninas	Total	Meninos	Meninas	Total
Amazonas	Primárias Públicas	40	17	57	1.339	314	1.651
	Primárias Particulares	3	1	4	48	10	58
	Liceu e Seminário	_	_	2	102	_	102
Pará	Primárias Públicas	149	77	226	6.774	2.367	9.141
	Primárias Particulares	17	22	39	841		1.661
	Secundárias Públicas	4	1	5	_	820	441
	Secundárias Particulares	5	3	8	_	_	600
Maranhão	Primárias Públicas	88	51	139	3.775	1.228	5.003
	Primárias Particulares	10	4	14	504		658 159
	Cursos Noturnos 2 cadeiras de Latim	_	_	3	_	154	
	Secundárias Públicas	_	_	2		_	656 620
	Secundárias Particulares	3	_	3	656		
		5	5	10	376	_	
						244	
Ceará	Primárias Públicas	140	96	236	6.107	4.223	1.651
	Primárias Particulares	2	1	3	121		157
	8cadeiras de Latim					44	
	Secundárias Públicas	2	1	3	947		4.225
	Secundárias Particulares	1	1	2	---	704	1.071
						_---	
Rio Grande do Norte	Primárias Públicas	65	30	96	2.987	1.238	4.225
	Primárias Particulares	31	12	43	956		1.071
	4 Cursos Públicos de Latim/Francês	_	_	4		121	
	8 Cursos Particulares de Português/Latim/ Francês	_	_	8			
	Liceu	_	_	1			
	Escola Normal	_	_	1			
Paraíba	Primárias Públicas	71	39	110	2.493	971	3.464
	Primárias Particulares	13	2	15	348	38	356
	Liceu/Escola Normal	_	_	2	_	_	152
	Secundárias	_	_	4	_	_	88
	Particulares 4 cadeiras de Latim	---	---	4	---	---	25
Pernambuco	Primárias Públicas	200	174	374	6.072	4.404	10.566
	Primárias Particulares	72	65	137	1.041		1.695
	Secundárias Públicas	_	_	2	_	665	781
	Particulares Subvenc.	_	_	13	_	_	781
	Particulares s/ Subvenc.	_	_	53	_	_	540
Alagoas	Primárias Públicas	74	57	131	3.225	2.089	5.314
	Primárias Particulares	42	63	105	416		1.195
	Liceu/Escola Normal	_	_	2		779	
	Secundárias Particulares	3	1	4	172		187
	Cursos Latim/Francês	_	2	2		15	

Sergipe	Primárias Públicas	88	67	155	2.798	2.083	4.881
	Primárias Particulares	12	12	24	303	126	429
	Secundárias Públicas	_	_	2	_	_	463
	Secundárias Particulares	_	_	5	_	_	102
	Cadeiras de Latim	_	_	2		_	
	Cadeira de Francês	---	---	1			
Bahia	Primárias Públicas	308	120	428	11.853	4.864	16.717
	Primárias Particulares	14	12	26	718	492	1.210
	Liceu Imperial de Artes e Ofícios	_	_	1	_	_	104
	Orfanato São Joaquim	_	_		_	_	82
	Secundárias Públicas	_	_	3	_	_	448
	Secundárias Particulares			13		_	2.293
Rio de Janeiro	Primárias Públicas	339	223	562	_	_	15.587
	Primárias Particulares	_	_	_	_	_	3.104
	Escola Normal	_	_	1	_		
	Cadeira de Inglês	_	_	1		_	
	Cadeira de Latim	_	_	1	_		
	Cadeira de Francês	---	---	1	---		
São Paulo	Primárias Públicas	398	240	638	8.193	4.999	13.192
	Primárias Particulares	11	2	13	343	15	358
	Secundárias Públicas	_	_	3	_	_	329
	Secundárias Particulares	_	_	6	_	_	257
	Escola Profissional	---	---	1	---	---	
Minas Gerais	Primárias Públicas	478	225	703	16.908	4.498	21.406
	Primárias Particulares	90	44	134	504	116	620
	Secundárias Públicas	_	_	9	_	_	1.924
	Secundária Subvenc.	_	_	9	_	_	1.924
	Secundária Particular	_	_	26	_	_	317
	Cadeira de Latim e Francês			28		_	
Paraná	Primárias Públicas	63	34	97	1.158	659	1.817
	Primárias Particulares	14	5	19	248	138	386
	Curso de Inglês	_	_	2			
	Curso de História	_	_	1			
	Curso de Geografia	_	_	1			
	Curso de Latim	_	_	_			
	Secundária Pública	---	---	1	_	_	103

Santa Catarina	Primárias Públicas Primárias Particulares Secundárias Públicas	60 23 _	47 7 _	107 30 1	2.298 497 _	998 484 _	3.296 981 _
Rio Grande do Sul	Primárias Públicas Primárias Particulares Primárias Particulares Mistas Secundárias Particulares	240 14 _ 4	143 8 _ 4	383 22 68 8	6.616 2.029 2.029 192	3.685 1.598 1.598 95	8.301 3.627 3.627 287
Goiás	Primárias Públicas Primárias Particulares Secundárias Públicas Cadeira de Latim e Francês	723 _ ---	292 _ _	1015 2 2	1.930 35 _ ---	574 32 _ ---	2.504 67 392 ---
Mato Grosso	Primárias Públicas Primárias Particulares	28 7	6 4	34 11	1.292 92	125 56	1.417 148

Fonte: (ALMEIDA, 1989, p. 167-169, apud GONDRA; SCHUELER, 2008, p.95-98 adaptado).

A partir dos dados acima, observamos a desproporção entre o número de alunas e alunos, mesmo considerando que à época poderiam existir menos mulheres, em relação ao contingente masculino. Muitas são as provocações que podemos levantar, mas iremos nos limitar a fazer observações, quanto ao quantitativo de estudantes meninos em comparação com as meninas no contexto vigente.

Torna-se perceptível que apenas em dois momentos as alunas tornam-se em maior número do que os alunos como é o caso dos estabelecimentos na Provincia do Pará em escolas particulares e, na Província de Alagoas com escolas particulares, em que o número de meninas é superior aos meninos. Nas demais regiões o que prevalece em maior número é o quantitativo de homens tanto por estabelecimentos quanto em número de estudantes. Contudo, Minas Gerais consegue liderar expressivamente o maior quantitativo de alunos (as) de modo geral, entretanto, esse percentual também traz consigo uma inferioridade maciça de acesso educacional para as mulheres, enquanto estas, se mantém no total de 4.498 em primárias públicas, o sexo oposto denota 16.908.

Fica escuramente escancarado o privilégio continuado androcêntrico. Ademais, muitas são as alegações para não tornar o ensino misto, se essa é uma teoria

conservadora, nada mais do que plausível a contribuição da Igreja Católica para esse fim, sob a égide de oportunizar uma educação diferenciada para meninos e meninas. Dizem:

> Durante quase todo o século XIX e nas décadas iniciais do século XX, a maior parte das escolas e colégios brasileiros permaneceu separada por sexo. [...] No que se refere à instrução elementar, as escolas ofereciam programas diferenciados para meninos e meninas. [...] Para as meninas, a doutrina cristã, leitura, escrita e cálculo elementar seriam ensinamentos suficientes, acrescidos, porém, das "prendas que servem à economia doméstica" (art. 12), como as aulas de bordados, agulhas e costura. Manuais de civilidade e livros de educação moral e de difusão de normas de comportamento para as meninas começaram a ser divulgados entre as professoras e adotados nas escolas públicas primarias (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 204).

Para além dessas informações, emblematicamente, é importante salientar que cabia ao Estado, alicerçado pela autoridade do patriarca, denotações sobre o lugar da mulher como determinável, assim, o nosso lugar de fala, é antes estabelecido por eles. Nos limitam em vestimenta; nos condiciona a suportar, nos silenciam, somos taxadas de histéricas quando os contrariamos, proibição faz parte da nossa história de vida e para que possivelmente esse propósito viesse a ser assertivo, nada mais do que limitar as mulheres no seu âmbito geral (negras e brancas) a não terem acesso aos estudos de forma ampla, ficando restrita ao que convém ser ensinado e aprendido, pois a preocupação para estes homens de autoridade, como menciona Paulo Freire, é que a liberdade advém do conhecimento.

Portanto, trazer essas questões para entendermos o contexto em que viveu Firmina, ecoa em nossas mentes efervescentes o quanto que verbos como lutar e resistir fizeram parte da nada efêmera vida da escritora que apesar, das muitas inibições fundou uma instituição escolar, escreveu romances, contos, músicas, poesias e teceu fortes críticas à escravidão. Como ponto de complementação e contradição ao sistema do século em que sobreviveu, não se casou, levantando uma possível questão em torno disso, pois leva a crer que a mesma manteve um presumível relacionamento com a sua amiga Terezinha, apesar de não ser muito difundido está problemática, trago a fim de questionamentos uma das poesias feita em homenagem a mesma [Terezinha] sob o título:

S A U D A D E S
"A VERDADEIRA MARMOTA"
A MINHA INTIMA AMIGA T.J.C.S.

Meus ais arrancados do imo do peito.
Gerados na amarga, cruel soledade.

Recebe-os, querida, no teu coração.
Escuta-lhes a voz, só dizem – saudades!

Aqueles mimosos, dourados instantes.
Em que me jurastes eterna amizade.
Revoca a meu peito, curvando de dores.
Os gratos transportes de infinda saudades.

Jamais de ti tão doces instantes
Me escapam da alma, singela deidade!
Mas, ah! Minha cara, do bem gozamos.
Só hoje me resta perene saudade!

Se a força igualasse, meu anjo querido.
Aos castos desejos, que gera a amizade.
Lá junto a teus lábios, lá sobre teu peito.
Quebrara – quebrara tão funda saudade.

Sem ti, cara amiga – do mundo a grandeza.
Desvelos – ternura – primor, ou bondade.
Não prendem minha alma, não rouba-me afetos.
Que tudo aborreço, só amo a saudade.

Tereza! eu te vejo no rubro horizonte.
No dia – na planta – na erva e na tarde.
Te escuto na brisa – no cicio do vento.
Na voz da minha alma – na voz da saudade.

Te vejo na relva – no campo – e na flor;
Mas, oh! fantasia... cruel realidade!!...
E só na minha alma, que estás a meu lado.
Nutrindo meu peito de viva saudade.

Adeus, meigo enlevo desta alma que é tua...
Reitera-me os votos da eterna amizade.
Aceita os transportes de minha afeição.
Aceita os delírios de minha saudade.
(REIS, 1861 apud FILHO, 1975, p. 165-166).

Ademais, se partimos do pressuposto que Firmina, manteve um relacionamento com sua leal amiga Terezinha a quem dedicou essa poesia. E que comporta em cada estrofe um elo de ligação para além da amizade entre ambas, percebam que estes versos em quarteto, isométricos, com rima finalizada a cada estrofe com a palavra SAUDADE, trata-se de um poema lírico de caráter amplamente sentimental e subjetivo, mas é na décima quarta e décima quinta linha que a poetiza deixa subtendido o seu casto desejo, ou seja, a sua abstenção por castidade que seguidamente revela de forma contraditória o contato com os lábios de sua íntima amiga, que ameniza de certa forma, tamanha saudade. Isto é, estas recordações de Terezinha fazem com que se torne menos intenso essa nostalgia aferida por Firmina. Decerto, que o próximo tópico compilará, sobretudo em falar de uma Maria, cuja

vivência é marcada pelo acanhamento, mesmo em suas obras, pede desculpa por tal, comportamento.

2.2 Sobre a autora: uma maranhense

Maria nome popularmente comum, mas o que a tornou incomum foi sua autenticidade de escrita, que a cada palavra continha emoção, denuncia e desabafo.

> Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conservação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p. 93).

Portanto, vaidade, definida como fatuidade, vazio é! Exatamente deste substantivo, que iremos nos distanciar para aproximarmos da modéstia e singeleza de Maria Firmina dos Reis, que transgride nitidamente através de suas obras e de seu posicionamento frente ao caos que nunca a abalou. Como bem delimita José Nascimento (1975, p. 22) autor da obra *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* “Os nossos Mortos continuam vivos, quando lhe cultuamos a memória”.

Pois bem, estes parágrafos serão devotamente voltados para descrever linearmente a história de vida de uma MULHER, que resistiu bravamente ao sistema patriarcal. NEGRA; subsistiu ao sistema racista. POBRE; com robustez rompeu meios para fazer disso não uma condição, mas uma ação. PROFESSORA; deflagrou gloriosamente artifícios para fazer dessa profissão uma ávida aposta certa, de que através do conhecimento iria poder libertar muitos e muitas com seus escritos críticos e informativos.

Portanto, o marco do nascimento da nossa aguerrida escritora nordestina, concretizou-se na datação de 11 de março de 1822, na capital do Maranhão, São Luís especificamente na vila de São José dos Guimarães, fazendo uma alusão a sua data de nascimento que ocorrerá justamente quando o Brasil rompe com Portugal, e por meio disso, torna-se independente. E, junto com essa autonomia declarada o país transforma-se numa monarquia governada por Dom Pedro I, que trouxe algumas mudanças no campo econômico, político e cultural. Essencialmente neste último, foi possível a construção de bibliotecas, teatros e universidades propagando de igual

modo, a circulação de conhecimento proveniente das ideias Iluministas do século XVIII, mesmo que coordenada pela Igreja Católica.

Certamente, que mesmo com as mudanças percebidas, o conhecimento sendo propagado, a manutenção da escravidão ainda permeava a vida de Maria Firmina, e denotamos em perguntar quem foi Firmina? Pois, já lhes adiantamos, sua filiação por parte de mãe, tratava-se de uma mulher negra Leonor Felipa dos Reis, escravizada e, posteriormente, liberta. Na certidão de nascimento de Maria Firmina, não consta o nome do pai, tampouco é conhecida sua presença ligada à filha, mas seu nome será revelado a título de compromisso pelo abandono paternal: João Pedro Esteves. Sócio do Senhor de Leonor.

Maria Firmina, foi criada em um ambiente despossuído de recursos financeiros e sua vivência nesse momento se deu na casa da avó materna, com o falecimento da mãe e o abandono paternal Firmina, se descola com bagagens e determinações para a casa de uma tia materna. Percebe-se até aqui, que as pessoas que fazem parte do ciclo de convivência da escritora são em grande maioria mulheres, seria certo pensar que com o ambiente favorável ao gênero feminino suas nuances de alguma forma tenham provocado os posicionamentos que Reis, assegurou durante sua vida? Diante disso, pensamos hipoteticamente na sua seguridade em não se casar, de adotar filhos e não de tê-los, de estudar e trabalhar, longe de se ater aos serviços domésticos sem remuneração e quando pago, mal é remunerado.

Com o acolhimento da tia, mãe de Sotero passa a receber um importante acompanhamento para sua formação: Sotero dos Reis, seu primo foi um dos decisivos incentivadores a fazer com que sua parenta tenha ânsia pelos estudos e a buscar conhecimento.

Contudo, com a brilhante contribuição de sua família materna para o progresso da nossa romancista em formar-se professora função esta; que lhe rendeu o título de “Mestra régia” em 1847, protagonizou a fundação de uma escola mista e gratuita aos meados de seus 55 anos, antes não muito difundida no século XIX. Dessa maneira, contraria uma boa parte dos conservadores, decorre disso uma estratagema para findar com a escola criada por uma mulher, e as investidas em desfavor segue ganhando e Firmina, se vê obrigada a suspender as atividades escolares.

Em seguida, deliberamos em narrar a construção da professora M.F.R no âmbito da escrita. Por conseguinte, sua gênese no mundo externo do conhecimento não se restringe somente na condição de aprender, mas no intuito de propagá-las. Em vista disso, após sua merecida conquista por ser a única aprovada para uma vaga como licenciada no magistério das primeiras letras, a autora de muitos títulos dentre eles *Úrsula* publicado na datação de 1859, além de ser o primeiro livro de autoria negra e feminina do Brasil, passa a ser reconhecido na mesma posição como uma obra literária de cunho escravista. Contudo, nos remete a reconhecer tacitamente tratar-se de uma literatura afro-brasileira, porém inegavelmente esquecida. Como reconhece a professora Rita Terezinha que esteve presente na reimpressão da obra em 2018:

> *Úrsula* é um texto "esquecido", ou seja, não é mencionado nas diversas histórias da literatura brasileira publicadas desde o século XIX por não apresentar, segundo a instituição da crítica literária brasileira, um valor estético/escritural/simbólico, condição necessária para integrar o cânone literário brasileiro. (SCHMIDT, 2018, p.14).

Portanto, o que transparece não é somente pensar que as muitas justificativas pelo tardio reconhecimento da autora são ligadas as prerrogativas citadas pela professora. Ainda acrescentamos, que tal legitimação ocorre devido a quem produziu esses numerosos textos, pois eles [textos] se concretizaram a partir, do discurso de uma mulher negra, com o agravante situacional empírico das mazelas assolada pela memória e pela vivência da população afrodescendente no período mais devastador da humanidade à escravidão. Isto é, gênero, raça e classe social são determináveis para quem será aplaudido ou sucumbido aos holofotes oitocentistas.

No entanto, seus pensamentos passaram a serem difundidos de uma forma mais ampla em 1860 em "A IMPRENSA", contribuiu com uma poesia na qual, assinava-la com letras em caixa alta com as iniciais do seu nome M.F.R. Contudo, Firmina, teria sido bem recepcionada e aceita no mundo das letras como colabora com esse argumento Nascimento:

> Sua entrada oficial na Literatura foi recepcionada pela Imprensa Maranhense, porta voz dos luminares da intelectualidade de nossa terra com palavras de entusiasmo e estímulo a estreante, que, rompendo a cadeia dos preconceitos sociais que segregava a mulher da vida intelectual, vinha contribuir com suas forças, seus sonhos e ideias para a criação da Literatura Maranhense, para a presença maranhense na formação da Literatura Brasileira (FILHO, 1975, p.19).

Entretanto, é lamentável, mas necessário pontuar que assim, como seu reconhecimento sendo feito nesse momento de sua entrada na imprensa, posterior a

isso, teremos abrasivamente seus escritos e sua pessoa sendo deixada no limbo do esquecimento, palavra esta que comportará em um grau elevado em sua biografia.

Ao passo que, Reis iria sendo inserida no campo do reconhecimento em 1861, isso passa a se firmar quando coopera juntamente com o jornal literário intitulado “A Verdadeira Marmota”, passa a contribuir também assiduamente para a antologia poética “Parnaso Maranhense”, mas é no jornal “Os Jardins das Maranhenses” que publica seu romance GUPEVA. Posterior a isso, em 1863 junta-se ao jornal “Porto Livre” e “Almanaque das Lembranças Brasileiras”. Em 1865 além, de publicar poesias reporta mais uma vez sua obra GUPEVA no jornal “Eco da Juventude”, depois já; em 1867 colabora com o jornal literário “Semanário Maranhense”. No ano seguinte, em 1868, favorece mais um jornal com sua participação: “Almanaque de Lembranças Brasileiras”, e pulamos para a data de 1871 em que a escritora Firmina em conjunto com o jornal “O Publicador Maranhense” anuncia a impressão do seu mais novo livro de poesia “Cantos a Beira Mar”. Não só se limitou a isso, mas em 1872 integra mais um jornal “O Domingo”. Saltamos para 1881 onde, Reis veio a se aposentar do ensino público, porém com sua aposentadoria garantida a escritora não deixou de publicar seus ilimitados pensamentos, indo em 1885 colaborar com o jornal “O País”.

Em 1887 publica na “Revista Maranhense” o conto “A Escrava” que analisaremos no tópico seguinte, por isso, sigam firme na leitura caros e caras. Logo após, em 1888 data esta que traz consigo a “liberdade” garantida por lei assim, como também era regida por ela [lei] a legitimação da escravidão e por meio disso, temos a participação efetiva de Maria Firmina nesse contexto nos presenteando e ao mesmo tempo surpreendendo com a composição em letra e música do “Hino da Libertação dos Escravos”. Apesar da idade avançada, sua mente mantém-se juvenil, a romancista continuou a colaborar com os jornais. E em 1889 compõe o “Diário do Maranhão”, já em 1897 com o “Pacotilha” e o “Federalista” em 1903.

Por fim, de seu tributo na escrita temos também seu fim em vida. Maria Firmina dos Reis, veio a falecer em 11 de novembro de 1917 no mesmo estado em que nasceu no Maranhão, pobre e cega. Com sua morte veio também o esquecimento. E, para manter essa lembrança viva de Firmina em nossas mentes tão efêmera, trago um dos seus muitos escritos sob o título de *Uma lágrima sobre um túmulo,* logo em seguida insiro uma imagem criada como selo no intuito de comemorar os 190 anos de existência de Maria Firmina em 2015. Imagem posta na esperança de assemelhar o

mais próximo possível do que foi fisicamente a poetisa e mais do que isso, possibilitar identificar a identidade de quem escreve e de quem lê, e como conclusão desse tópico insiro uma tabela de forma linear em que categoriza cada obra a partir de sua importância produzida por ela [Firmina].

Destacamos dessa maneira, o quanto a escritora esteve como genitora de muitos estilos literários, estreando e se mantendo como pioneira no campo literário do gênero textual de romance abolicionista. O que não conseguimos entender; e o que nos provoca dúvidas é, por que esquecemos por décadas uma notável escritora? Até cogito silabicamente a falar que entre os seus, digo no estado em que nasceu (Maranhão), sua personalidade ainda não é sucessivamente divagada nas escolas e para além desses lugares, acredito que Firmina se mantém visível no meio acadêmico e apagada para o restante da população de modo geral.

Abro espaço para um questionamento feito pela filosofa Djamila Ribeiro (2019, p. 23) que bem observa em "[...] evidenciar que a vozes esquecidas pelo feminismo hegemônico já falavam há muito tempo. A questão a ser formulada é: por que demoraram tanto a serem ouvidas"? E a resposta é incisiva e tácita com o direito à resposta chamo para esse campo discursivo a teórica Grada Kilomba:

> As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde "raça" não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico, em teoria. É por causa dessa falta ideológica, argumenta Heidi Safia Mirza (1997), que as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da "raça" e do gênero, o chamado "terceiro espaço". Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento e contradição "sustentado pela polarização do mundo em um lado negro e de outro lado, de mulheres". (MIRZA, 1997:4) Nós no meio. Este é, é claro, um discurso teórico sério, em que os conceitos de "raça" e gênero se fundem estreitamente em um só. Tais narrativas separativas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos (KILOMBA, 2012, p. 56 apud RIBEIRO, 2019, p. 37-38).

Percebemos, assim, que a escritora escurece de forma nítida os meandros que estão por traz ou pela frente da condição de tornar a mulher negra inferior à mulher branca; e ao homem branco e negro, acredito que utilizar do termo terceiro espaço esteja interligado a isso.

Fonte: (Academia Ludovicense de Letras, 2015)

TABELA 2 – POSIÇÃO NO PANORAMA DA LITERATURA BRASILEIRA

1° - romancista da Literatura Brasileira	- ÚRSULA
1° romancista da Escola Romântica	- ÚRSULA
1° (o primeiro) ficcionista a introduzir no romance o drama da escravidão negra no Brasil	- ÚRSULA
5° (o quinto) escritor a publicar romance em livro	- ÚRSULA
7° romance publicado no Brasil por romancista brasileiro	-ÚRSULA
2° (o segundo) romancista indianista	- GUPEVA
1° (o primeiro) ou o único romancista a abordar o incesto (no processo de formação do povo brasileiro) como consequência dos primeiros relacionamentos dos brancos com os índios.	- GUPEVA
- ficcionista abolicionista (conto)	**A ESCRAVA**

- poesia da Escola Romântica	CANTOS A BEIRA-MAR
- uma das 10 (dez) primeiras poetisas a publicar livro de poesia	CANTOS A BEIRA-MAR
- Um dos 13 (trezes) livros de poesia publicado até 1874 por mulher	CANTOS A BEIRA-MAR

Fonte: (FILHO, 1975, p. 47 adaptado).

2.3 – Análise da obra "A Escrava"

O ponto de partida deste último tópico e fechamento do capítulo, remete a uma análise do conto *A Escrava* publicado em 1887, com teor ficcionista abolicionista e acrescentaria em dizer criticista ao contexto em que, após um ano de impressão foi declarado a 'liberdade' dos escravizados.

É primordial, trazermos para este início a inclusão oferecida entre construir historicidade a partir da releitura da narrativa Histórica ao lado da narrativa Literária portanto, acrescentar que a fonte literária fornece aos historiadores um possível meio de se explorar outros segmentos como a cultura de uma determinada região, aspectos relevantes e até mesmo os irrelevantes, pois o olhar do pesquisador vai além do que lhe é oferecido, mas pensar que atualmente podemos fazer desse meio uma leitura historiográfica antes, não o era permitido como acrescenta Antônio Celso:

> [...] os textos literários, assim como outras fontes artísticas, não eram considerados documentos fidedignos para atestar a verdade histórica. A ampliação do repertório das fontes históricas e a metamorfose do próprio conceito de fonte inserirem-se no crescente movimento de renovação da historiografia no século XX, ocorrido primordialmente na França, mas com repercussões em vários outros países, incluindo o Brasil. (FERREIRA, 2011, p. 63).

De igual modo, abranger o leque para oportunizar outras possibilidades de fontes não se restringindo somente aos documentos escritos e tido como oficiais, protagoniza uma amplitude para se trabalhar com o passado com intenções de desvendar o futuro ferramentas estas, que fará o historiador defrontar-se com interpretações diversas, com fontes diversas. Para tal, o historiador britânico Eric H. reitera:

> [...] a extrapolação mais ou menos sofisticada e complexa de tendências passadas para o futuro, foi o método mais conveniente e

> popular de previsão. Em todo caso, a forma do futuro é vislumbrada mediante a procura de pistas no processo de desenvolvimento passado, de forma que, paradoxalmente, quanto mais esperamos inovação, mais a história se torna essencial para descobrir como ela será (HOBSBAWM, 1998, p. 26).

Contudo, fica existente a noção de progresso através do conhecimento histórico e, para além disso, nos remete a refletir sobre teoria e prática a despeito do olhar historiográfico, então pensar em trabalhar com fontes literárias acrescentaria um marco de mais um desenvolvimento, de uma renovação acerca de novas abordagens históricas como a História Cultural e História Social.

Afinal, reitero que terá um atrevimento de fala neste momento, pois indagamos a pensar que por meio da literatura espaço este, que possibilitou mesmo que no anonimato da voz e não fisionomia dos indivíduos que não podiam ter acesso ao campo da escrita ou mesmo da leitura como as mulheres negras e brancas. Apenas a elite masculina tomava para si este meio, pois deles predominavam o poder bem como, formulavam leis e regras que estruturavam a sociedade e; á logica seria essa, tornar as mulheres ausentes e os homens presentes na contribuição historiográfica e/ou literária. Não distante, desse debate a nossa escritora nordestina também viveu seus entraves para fazer da escrita uma libertação de mentes; não só a sua, mas de forma exponencial.

Entretanto, é de suma importância dar nome as opressões, pois será dessa maneira, que iremos restituir aqueles indivíduos inviabilizados, e para este momento a opressão tem nome, Djamila Ribeiro evidencia isso, de forma muito coerente e pertinente, pois sua história de vida comporta um mar de anulação assim, como Firmina assim, como nós mulheres negras; e ela prossegue:

> [...] o epistemicídio, isto é, o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos. [ademais, o conceito será retirado da tese de doutorado da feminista negra Sueli Carneiro a partir do conceito original trago por Boaventura Sousa Santos que propõem de forma extensa e elucidativa a definição]. Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do

> continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esse processo denominamos epistemicídio. (RIBEIRO, 2019, p. 61-62).

Articular os sinais que caminham para o apagamento sistemático dos indivíduos negros e negras, é isso que significa o epistemicídio, sem eufemismos, pois a intencionalidade é única e evidente, discriminar, especialmente, os sujeitos e saberes dos que interseccionam raça, classe e gênero.

E, para fim de complementação e possíveis dúvidas, apostamos em trazer um clássico exemplo de como tanto no meio acadêmico quanto escolar a historiografia ainda é aludida por personagens brancos enriquecendo mais ainda o arcabouço desses, e de certa forma menosprezando os escritos inferidos pelos subalternizados que pela mesma história que inclina uns, lança às margens outros. Colaborando com esse argumento o poeta Castro Alves, na obra *O navio negreiro*, pontua de forma um tanto apaziguadora:

> **IV**
> Era um sonho dantesco... o tombadilho
> Que das luzernas avermelha o brilho.
> Em sangue a se banhar.
> Tinir de ferros... estalar de açoite...
> Legiões de homens negros como a noite,
> Horrendos a dançar...
>
> Negras mulheres, suspendendo às tetas
> Magras crianças, cujas bocas pretas
> Rega o sangue das mães:
> Outras moças, mas nuas e espantadas,
> No turbilhão de espectros arrastadas,
> Em ânsia e mágoa vãs!
>
> E ri-se a orquestra irônica, estridente...
> E da ronda fantástica a serpente
> Faz doudas espirais ...
> Se o velho arqueja, se no chão resvala,
> Ouvem-se gritos... o chicote estala.
> E voam mais e mais...
>
> Presa nos elos de uma só cadeia,
> A multidão faminta cambaleia,
> E chora e dança ali!
> Um de raiva delira, outro enlouquece,
> Outro, que martírios embrutece,
> Cantando, geme e ri!
>
> No entanto o capitão manda a manobra,
> E após fitando o céu que se desdobra,
> Tão puro sobre o mar,
> Diz do fumo entre os densos nevoeiros:
> "Vibrai rijo o chicote, marinheiros!
> Fazei-os mais dançar!..."

> E ri-se a orquestra irônica, estridente. . .
> E da ronda fantástica a serpente
> Faz doudas espirais...
> Qual um sonho dantesco as sombras voam!...
> Gritos, ais, maldições, preces ressoam!
> E ri-se Satanás!...
> (ALVES, 2016, p. 16-17)

A partir disto, temos uma análise a ser feita, a fim de que se trata de uma poesia não destoa reverberar que, o que encontramos nessas estrofes são palavras eufemistas com intenções; ou sem, de amenizar o que foi a Escravidão para aqueles que se encontravam no transporte do navio negreiro. Portanto, de uma forma diferente de Alves, Firmina faz uso desse espaço como se estivesse presente nele, como se testemunhasse as mazelas infringidas pelos seus.

> Ainda não tinha cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo eminente que aí me aguardava. E logo dois homens pareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi embalde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade; os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível ... A sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filhos, e liberdade! Meu Deus, o que passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!
>
> Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida, passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de volta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. E horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2018, p.180-181).

Por isso, ficou constatado a partir de inúmeros questionamentos quanto, ao elucidamento de um texto provocado por um artista do gênero masculino branco e por uma mulher negra são duas narrações distintas, trata-se de ambos fazerem parte do período romancista que se iniciou no século XVIII, findando-se no século XIX. Essencialmente, neste último trecho citado que temos aqui no Brasil, uma arte marcada pela subjetividade, individualismo, o lirismo e a valorização do eu, lembrando que na data vigente temos a consonância do sentimento nacionalista, surgido com a Independência do Brasil.

Portanto, trazer este recorte de Reis sobre as estigmas dos porões dos navios negreiros gera um ato de revolta, pois a própria autora demostra em cada suave palavra um descontentamento de um humano sobre o outro, por isso equiparamos pensar que trazer à tona o conto *A Escrava* de 1887, da mesma autora de *Úrsula* permite-se fazer interpretações acerca da maturidade de Maria Firmina dos Reis, pois no auge dos seus 67 anos, com um posicionamento abolicionista e sentindo a aproximação da 'libertação' dos escravizados publica este conto já mencionado, na "Revista Maranhense". Então, sigamos para a nossa interpretação a partir do que deixou a escritora maranhense. Sobretudo, ouçamos a, também escritora negra, Neuza Santos (1990, p.17) com o mesmo afinco na "[...] tentativa de elaborar um gênero de conhecimento que viabilize a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange sua emocionalidade".

É necessário pontuar que o ambiente vivido pela contista ainda é assolado pela escravidão. Em consoante a isso, seu escrito contém 36 páginas logo, antes de iniciar o diálogo proposto, o livro faz uma breve apresentação biográfica sobre quem é autora com algumas informações aqui já declarada no tópico anterior, portanto, dando crédito a ela própria oportunizo adiantar que "Com o estilo direto e crítico de Maria Firmina dos Reis a crueldade da escravidão, A *Escrava* mostra os sentimentos dos escravos e a coragem dos abolicionistas na luta para ajudar a causa" (REIS, 2020, p.5).

E, assim começa mais uma das narrativas críticas sob o véu do poder. Desse modo, temos alguns personagens fictícios e alguns deles e elas com nomes por isso, torna-se importante ficar atento aos integrantes dessa história.

Decerto, que o ambiente inserido na trama se trata de um lugar com aparente distorção voltado para a sociedade mantenedora dos padrões sociais é conservador. Somos cientes que essa parcela da população detém em massa um rigor elevado de conhecimento diante disso, os mesmos se encontram para dialogar sobre derivados assuntos, mas um recai sobre vossas bocas e este, protagoniza uma ampla discussão, uma senhora adianta seus argumentos à prosa, ancorou-se em admitir espantosamente a quem possa lhe ouvir:

> Por qualquer modo que a encaremos a escravidão, ela é, e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comercio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e os escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha. (REIS, 2020, p.7)

Revelando em cada palavra um tom de denúncia temperado com uma pitada de revolta a senhora elitizada, mas com o pé fincado na realidade do ‘outro’, (abro esses parênteses no intuito de colaborar, pois a falta da descrição de como as pessoas em volta estavam a ouvir aquela mulher que agora posicionada em defesa de um escravizado (a) que por hora é açoitado a mando de um deles ou de todos eles). Sobretudo, a mesma senhora que até a presente página não possui nome foi a escolhida por Firmina para revelar através de sua força a magnitude de uma voz feminina, amplamente dedico pensar que todos e toda lhes ofereceu atenção e ouvidos para uma prolixa história.

Portanto, se o contexto vigente apresentado se passa no decorrer do século XIX, a narradora que outrora era Maria Firmina, concede espaço para um diálogo abrasivo seguido de alguns apontamentos feito pela personagem sem nome, ela [a senhora] aludi dizer que essa é apenas uma das muitas tentativas de fugas em que sua participação é efetiva.

A gênese da questão é pontuada, temos um referencial de tempo não estamos à mercê dele, é agosto e junto desse fato transborda um mar de palavras poéticas para correlacionar o mês mormente com a brandura de uma mulher. Destaca-se, diante disso, uma escrita repleta de adjetivos seguido por substantivos no aglomerado de palavras para construir poesia. Poetizar também é trazer alimentos que dão vazão a um sentimento de angústia, sentimento esse que a narradora detém e para tanto, incide em externar na aparição do seu conto uma mulher que aos berros permanentes faz de sua presença algo que desaparecerá, exclamo em dizer tratava-se de uma escravizada que as mazelas assoladas diariamente, lhes renderam, seja pouco ou quase nada coragem para fugir.

E, assim, como o efêmero pensamento trazido na mente daquela senhora apaziguadora e defensora dos oprimidos e reprimidos, se fez presente o algoz dessa narrativa, suas características são citadas. Mas, uma entra em destaque, o homem é considerado fenotipicamente pardo, aqui atenhamos a pensar que se, este capitão do mato destoa em suas veias sangue afro-brasileiro sua luta se voltaria a outrem. Antes disso resgatemos a fala da narradora que salienta externar oportunamente sobre o cruzamento entre raças antes de, providenciar de fato sua narração. Percebam que se tem uma emblemática preocupação em oportunizar no início da fala de quem conta, uma breve e concisa explicação do que venha cobrar durante o diálogo. Aqui trazemos

um pesquisador não no sentindo de complementar, mas de tornar completo esse diálogo, o filósofo Frantz Fanon:

> [...] a guerra continua. E teremos de tratar por muitos anos ainda as feridas múltiplas e às vezes indeléveis deixadas em nossos povos pela derrota colonialista. O imperialismo que hoje se bate contra uma autêntica libertação dos homens abandona por toda a parte germes de podridão que temos implacavelmente de descobrir e extirpar de nossas terras e de nosso cérebro (FANON,1968, p. 211).

Em conseguinte, ao que o escritor nos trouxe só vem a afirmar tal comportamento dessa maneira, encontramos o conflito que da boca do capataz blasfêmias soavam, que passível de suas atitudes concluímos que há muito tempo não se tem um encontro com seu deus. Mas ao mesmo tempo que ofendes a negra fujona reprime suas palavras e com um tom um pouco mais suave inclina-se a perguntar aquela senhora que ali encontra-se “- Não viu, por aqui passar uma negra, que me fugiu das mãos ainda há pouco”? ... devido a isso, substancialmente a postura da senhora não estremeceu, seu intuito desde o princípio é ajudar aquela, cuja suas costas serão alvo da mais cruel tentativa de tornar a negra obediente.

Demasiadamente, outro personagem é inserido nessa trama/ação, por ora suas características são nitidamente descritas e evidenciadas. Concluímos a partir disso, referir-se a um rapaz negro, escravizado seria este, também fugitivo? A senhora adianta afim, de cortar qualquer pensamento que induza a julgamento. O rapaz outrora temendo sua sorte, sente-se aliviado por encontrar compaixão na face e na voz daquela senhora que o ouve calmamente, ele acrescenta ser filho da mulher que se esconde, e bem mais que isso, revela categoricamente o motivo que a fez fugir, portanto, o que antecedeu a fuga da mãe do jovem escravizado foi necessariamente correr pra não morrer, já adoecida e reconhecida pejorativamente como doida e fingida, exausta do trabalho infindável da lavoura chega a desfalecer e o feitor que nada tem a temer açoita a pobre coitada que em um momento de descuido dana-se a correr no intuito de ainda viver.

Se outrora, essas pessoas não tinham nomes Maria Firmina, se incube em fazer isso não tardiamente Gabriel, é o nome do jovem escravizado ele mesmo se apresenta por si, neste momento o diálogo continua ligeiro, pois a fugitiva encontra-se num estado convulsivo, e para tal, é encaminhada com a autorização da sensata senhora para sua casa, pois lá terá assistência. Se por algum momento leitores vocês tendem a afirmar esse pensamento de que a escravizada tem algum distúrbio lhes garanto

que isso se deve ao fato como intervém Gabriel "- É doida, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que, meu senhor, vendeu para o Rio de Janeiro. Desde esse dia ela endoidece" (REIS, 2020, p.21). Decerto, que os mesmos [Gabriel, sua mãe Joana] estavam sob o teto de proteção de uma mulher branca assim, como no início; ela agora novamente se apresenta como membra da Sociedade Abolicionista na província onde se encontra e da capital no RJ. Após essa fala, a mulher que tivera seus filhos vendidos torna ao semblante de ver alguém que ainda se compadece dos escravizados. E continua a narrar sua história de vida que por trás de cada palavra percebemos o quão suplantada esteve Joana e sua família.

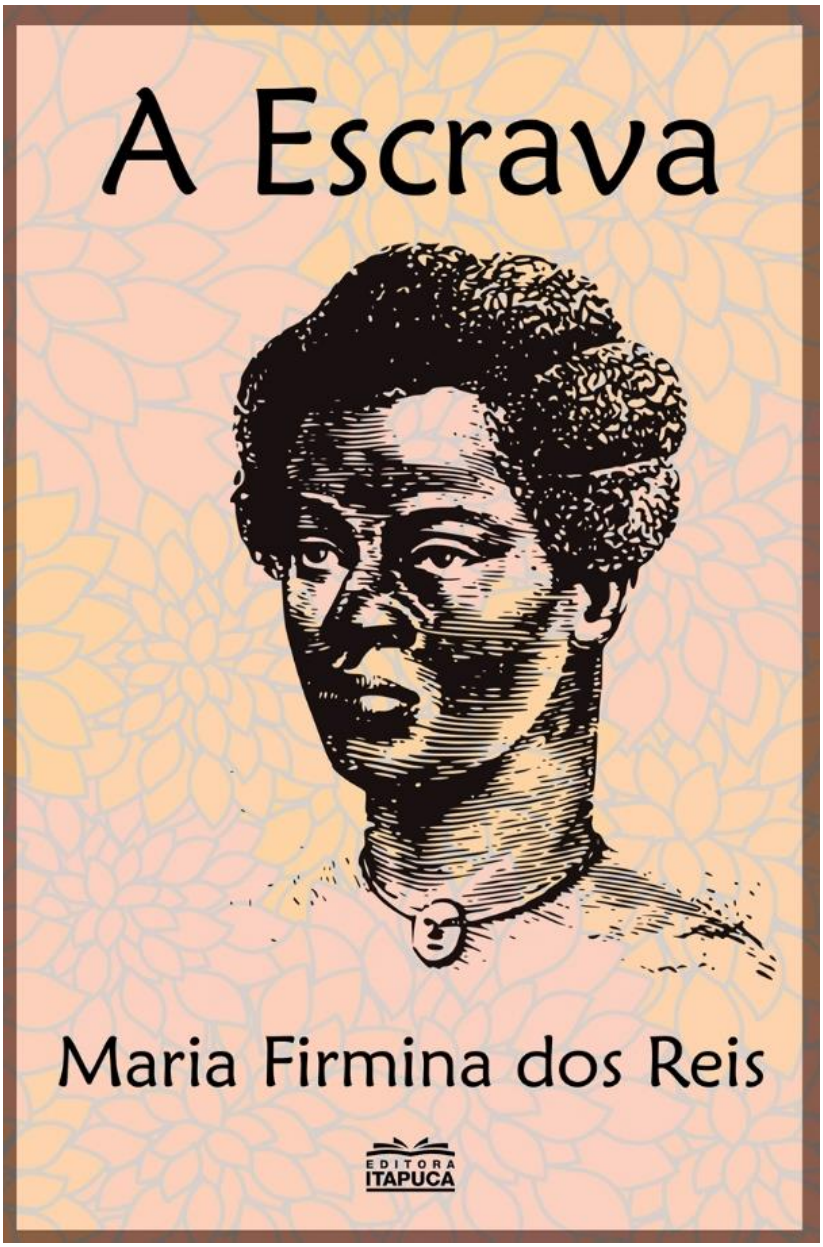
Todavia, seu relato é uma extensão de vozes pretas escravizadas que foram legalmente enganados pelo seus senhores, pois a intenção era comprar sua liberdade e a má intensão do senhoril em vender, fez com que sua liberdade outrora comprada fosse apenas um papel com pouco mais de quatro palavras e sem assinatura, sem garantia de nada e nada continha nele, e dessa maneira, Joana aos sete anos de idade é empurrada bruscamente para o servilismo forçado não remunerado onde, até os últimos suspiros encontra-se debelada "Aqui a mísera calou-se; eu respeitei seu silencio que era doloroso, quando lhe ouvi um arranco profundo, e magoado. [...] - Morta!" (REIS, 2020, p.31). Desta feita, cessou-se o seu sofrimento. O melhor seria a morte naquele lugar onde, poderá adormecer e ser ouvida, pois do contrário, sua morte seria reservada ao açoite dado por um homem feroz e ardiloso.

Em suma, o desfecho deste conto tragado pela morte, ora contemplado por diálogos formais e suntuosos, ora necessário despir e descumprir o que rege o sistema. Portanto, percebe-se de antemão dentro deste conto uma narrativa interpretativa passada; acreditamos que, na província do Maranhão. Posterior a isso, Firmina dá voz a uma mulher branca, elitizada a protagonizar essa história, mas não se refere a uma história sua e sim de dois escravizados por nome de Gabriel e Joana frente ao embate cotidiano transcorrido no período escravocrata do século XIX.

Entretanto, muitas são as linhas interpretativas a se fazer a partir desse contexto a escritora Reis, oportuniza a população ao publicar este conto na "Revista Maranhense", acesso e bem mais que isso, meios para conscientizar uma determinada categoria das mazelas protagonizada pela escravidão. Por meio disso, deu voz aos subalternizados que perpassaram pelo açoite, seguido de uma possível liberdade, seja na morte, seja pela lei. Maria Firmina, reflete em nossas indignações

a cada releitura de seus escritos sobre o que podemos considerar sendo o pior de todos os destroços projetado para atenuar uma ação econômica e política, desconsiderando de tal forma, os fatores sociais de um determinado grupo para ascender o outro.

Logo abaixo encontra-se a capa do livro em primeira edição de 2020:



Fonte: (REIS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que tornou possível construir esta narrativa foi o amplo espaço que a historiografia proporciona, da mesma forma que esta [historiografia], passou por inúmeras reformulações, indo do ponto de partida em legitimar as fontes como embasada somente pelo escrito para o desencadeamento das mais diversas formas de documentos, como é o caso desta pesquisa que traz como base documental a obra literária *A escrava.*

Portanto, em sua tessitura o trabalho agregou mesclar história, literatura, cultura, memória, raça e gênero, trazendo uma reflexão compatível quanto a relevância da leitura de um contexto para o entendimento de um determinado momento, neste caso a escravidão. Sobretudo, investigando o cenário em que viveu a romancista no Maranhão no século XIX.

Desse modo, a pesquisadora Spivak (2010, p. 13), só vêm a afirmar o que indagamos durante esse escrito. “[...] pois o subalterno, é claro, é capaz de falar, no sentido estrito da expressão”. A história por vezes e contada sob um véu eurocêntrico, retiramos esse pano aparentemente transparente e intercalamos em protagonizar indivíduos outrora invisibilizados da massa intelectual. E isso só foi possível graças aos pesquisadores que trazem no seu eixo temas capazes de quebrar o pensamento colonialista.

Entretanto, com base nas hipóteses que deu início a esta escrita, que durante a mesma também nos trouxe outras indagações. A análise do livro *A escrava* mediada com outros autores e autoras nos conduziu a obter respostas. Se existiu algum desafio em meio a está pesquisa, acreditamos que partiu da dificuldade em encontrar obras de artistas negros e negras, pois o ponto que incitaria este escrito seria essa exigência que aos poucos será abandonada.

Contudo, logo depois de se amparar as fontes que nos faça contextualizar, seguimos para o então desabrochar da história de vida da Maria Firmina dos Reis,

considerada a primeira mulher negra a escrever um romance de cunho antiescravista, que tematiza a negritude a partir de sua própria interpretação e abordagem.

Firmina (2018, p. 93) que outrora se identificava com o pseudônimo de; *uma maranhense,* declara “Não é a vaidade de adquirir nome que cega, nem o amor-próprio de autor”. Já declarava, antecipadamente que suas obras por ter nascido na mente e ter sido escrito nas mãos de uma mulher negra, certamente, que ninguém os leria. Certeza está, que anulava essa afirmação a escritora maranhense, foi reconhecida e inserida no campo das letras.

Seu apagamento na História após sua morte tem nome, chama-se epistemicidio, acoplado ao eurocentrismo em que a predominância do saber parte do pressuposto masculino e branco. Por isso, a necessidade de se trabalhar com as concepções históricas, pois através delas teremos meios para construir uma narrativa que tem como protagonista sujeitos como; homens negros, mulheres negras é indígena.

Portanto, rompemos nesta pesquisa com os padrões eurocentrados e introduzimos por meio deste, afirmações é hipóteses que faz com que Reis, seja considerada feminista, lesbica, não casada, mulher negra, professora, fundadora de uma escola mista, escritora, abolicionista, musicista, contista, artista e revolucionária, pois o século em que nasceu não era propicio para a sua existência, isto é, ás mulheres negras eram duplamente discriminadas tanto pelo gênero, quanto pela raça as colocando numa categoria de objetificação.

Por fim, com a análise do conto de 1887, reiteramos em afirmar o quanto que a escritora nordestina com sua escrita inédita, afirma Zin (2018, p. 11) “[...] a autora institui em suas obras planos analíticos próprios sobre o país, que ressaltam as nuances da sociabilidade brasileira oitocentista”. Este é o marco inicial para adentramos ao que nos revela Maria Firmina, trata-se de um diálogo extenso, regado de denúncias, misturado com sangue preto e o definhar da morte, está, chegou antes da lei.

Foi possível, identificar como a escravidão é narrada por aqueles que estavam numa posição de privilégio que nas suas obras recai o eufemismo, e como a narrativa é produzida não por alguém que sentenciou a escravidão, mas por quem presenciou ela. São duas disparidades, mas ao que nos parece perceber a narrativa dita pelo branco é mais evidenciada do que a descrita por uma mulher preta.

Sendo assim, encontramos em Maria Firmina dos Reis, uma fonte histórica repleta de informações, desafios, autenticidade que garantiu de igual modo, o findar dessa pesquisa com possíveis frutos de outras. A nordestina durante seu tempo de vida não se encontrou invisível para os moldes oitocentista, mas após sua morte seu esquecimento foi duradouro, vindo a ser debelada somente no século seguinte, porém essa afirmação se restringe ao campo acadêmico, pois para a população de modo geral sua contribuição para o fazer historiográfico, suas obras, sua intensa participação na imprensa maranhense ainda não lhe garante total conhecimento ou próximo disso. Contudo, a intencionalidade desta pesquisa e regida também sob o aspecto de propagar quem foi a destemida Maria Firmina dos Reis, essencialmente no seu estado natal.

REFERÊNCIAS

ADLER, Dilercy A. *Elogio á patrona Maria Firmina dos Reis: ontem, uma maranhense; hoje, uma missão de amor!* São Luís, 2014.

AIRES, Azevedo J. A pureza bioquímica do povo português. In *Congresso nacional de ciências da população: Resumo das memórias e comunicações.* Porto: Comissão executiva dos centenários. 1940.

ALEXANDRE, Valentim. O império e a ideia de raça (século XIX e XX), In J. Vala (coord.) *Novos racismos: Perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta. p. 133-144.

ALVES, Castro. *O navio negreiro.* São Paulo: Ex! Editora. 2016.

ANSART, Pierre. *História e memória dos ressentimentos,* in Stella Bresciani; Marcia Naxara (org.), Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Unicamp. 2001.

BITTENCOURT, Sergio. Naquela mesa. *In:* MÚSICA EM PROSA. Disponível em: "Naquela Mesa". A saudade de um filho (Sergio Bittencourt) após a morte do pai (Jacob do Bandolim | musicaemprosa (wordpress.com). Acesso em: 27 fev. 2021.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas.* Tradução Ana Rabaça. ed. 158004/5071. Portugal: Fórum da história. 1983.

BRASIL. [Constituição (1824)]. *Constituição do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 05 mar. 2021.

BURKE. Peter. *A escrita da história: novas perspectivas.* Tradução Magda Lopes. São Paulo: Unesp. 1992.

BURKE. Peter. *O que é história cultural?* Tradução Sérgio Paula. ed. 2. São Paulo: Zahar, 2008.

CARR, Edward H. *O que é história?* Tradução Lúcia Maurício. ed. 7. São Paulo, 1996.

CERTAU, Michel de. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representação.* 2. ed. Portugal: Difel. 2002.

CRUZ, Mariléia Santos. A educação dos negros na sociedade escravista do Maranhão Provincial. *Dossiê escravidão.* Imperatriz, v.6, n.8, p. 110-129, dez. 2009.

Dicionário de português online. Disponível em: Significado de Oficial - O que é, Sinónimos e Conceito no Dicionário (lexico.pt). Acesso em 06 mar. 2021.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas.* Tradução Sebastião Nascimento. Ubu, São Paulo, 2020.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra.* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes.* ed. 5, São Paulo: Globo, 2008.

FILHO, José N. M. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida.* São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

FONSECA, Luciana C. *Direitos das mulheres: os discursos de Sojouner Thuth em tradução.* Migalhas. 2019. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/coluna/migalaw-english/307474/direitos-das-mulheres--os-discursos-de-sojourner-truth-em-traducao. Acesso em: 18 de mai. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
. Acesso em: 18 de mai. 2021.

GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e civilização nos trópicos: O instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Estudos históricos.* Rio de Janeiro, v. 1, p. 5-27. 1988.

GÓES, Weber L.; CORREIA, Renato P. Clovis Moura: delineamentos gerais para a superação do racismo á brasileira. *Lutas sociais.* São Paulo, v.19, n.34, p. 174-185, jan/jun. 2015.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro.* São Paulo: Cortez, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história.* São Paulo: Companhia das letras. 1998.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. *Estudos e pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica.* Rio de Janeiro, n.41, p. 1-12. 2019.

LIMA, Pires. Influência dos mouros, judeus e negros na etnografia portuguesa. In *Congresso nacional de ciências da população: Resumo das memórias e comunicações.* Porto: Comissão executiva dos centenários. 1940.

MASSAUD, Moisés. *Dicionário de termos literários.* ed. 5, São Paulo, 1988.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro.* ed. 1. São Paulo: Atica, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado.* ed. 1, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil.* 21. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

QUINTERO al et. *Uma breve história dos estudos decoloniais.* Masp Afterall. São Paulo, 2019.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa.* São Paulo: Pontes, 2011.

RAMOS, Fábio P. O ofício do historiador: entre testemunhos e silêncios. *Para entender a história.* São Paulo, v.1, n. 21/10, p. 1-6, jul/dez. 2010.

REIS, Maria F. *A escrava.* 1. ed. Rio de Janeiro: Itapuca, 2020. E-book. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/A_Escrava_conto_original/DuL8DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 03 mar. 2021.

REIS, Maria Firmina dos. *Cantos à beira-mar*. São Luís, Governo do Estado do Maranhão, 1871. Edição fac-similar.

REIS, Maria F. *Úrsula.* 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala: feminismo plurais.* 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista.* 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

RIBEIRO, Paulo R. A história científica do século XIX. In. *A história da história.* Goiás, 2005, p. 43-65.

SEGATO, Rita L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução Rose Barboza. *E-cadernos CES.* Coimbra. 2012.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Neuza S. *Tornar-se negro.* 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Almeida et al. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história.* 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VARNHAGEM, Adolfo, F. *Carta ao imperador.* Arquivo do museu imperial. Código: Doc. 6234.

ZIN, Rafael B. *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista.* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

APÊNDICE A – Poesia: Recontar a História: a escravidão

Através de grandes barcos eles chegaram, do grande mar eles vieram, com suas roupas de tecidos finos e armas letais. A aparência polida e tez delicada não escondiam a ambição e ganância que em seus corações habitavam. Era um povo de fala mansa, gestos requintados e olhares vulgares.

Da nossa terra fomos tirados, em navios abarrotados e imundos fomos acorrentados, e para algum lugar transportados. Mas não se engane senhor, não fomos convidados, fomos escravizados, segregados de nossa terra e nossa gente. Passamos fome e sofremos dores que ficaram para a eternidade enraizadas em nossas mentes.

A desesperança percorria em nossos corações, o medo era o único sentimento que prevalecia, o medo nos corroía naqueles navios imundos. Não tínhamos mais perspectiva de futuro, e ver nossa gente definhando pela fome, pela sede e pelas violências infligidas por nossos algozes que nos jogavam ainda mais no mar do desespero.

Eis que um dia aportamos, então descobrimos que com os nativos compartilhávamos um sentimento em comum, o de deslocamento. Não pertencíamos á aquele lugar, fomos jogados como meros objetos na terra além-mar. A noção função nesta terra apareceu, com a construção de engenhos, nos canaviais fomos forçados ao trabalho compulsório para pagarmos por aquilo que não escolhemos comprar. E se a revolta em nossos corações aparece, como punição éramos atados aos pelourinhos.

Muito dos nosso irmãos se revoltaram contra o sistema de opressão, já outros fugiram e como local de resistência muitos quilombos foram

formados. Nosso povo lutava e se rebelava, pois somos um povo forte, filhos de guerreiras e guerreiros natos (DAMAS; SALES, 2019).